

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS

LEILA FIUZA COSTA

**TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM
IMPASSE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Campos dos Goytacazes/RJ
2017

LEILA FIUZA COSTA

**TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM
IMPASSE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.º Ms. MATHEUS THOMAZ DA SILVA

Campos dos Goytacazes/RJ
2017

LEILA FIUZA COSTA

**TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM
IMPASSE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Ms. Matheus Thomaz da Silva (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof.ª MS. Mirian de Freitas da Silva
Universidade Federal Fluminense

Assistente Social Darcileni Lima Fiuza
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

Campos dos Goytacazes/RJ
2017

Ao meu Deus toda gratidão, honra e Glória por ter me ajudado a superar cada obstáculo que surgiu no caminho e ter cumprido sua Promessa de vitória na minha vida. “Deleita-te também no Senhor, e ele te concederá o desejo do teu coração.” Salmos 37:4

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus que me sustentou para que eu chegasse até aqui, pela oportunidade e ter guiado meus caminhos após doze anos sem estudar, tive o prazer de ingressar em uma Universidade Federal para concretizar meu sonho, de fazer uma graduação. O seu amor me deu forças nessa árdua caminhada. “Se tu podes crer; tudo é possível ao que crê.” (Marcos 9: 23)

A minha mãe, Maria da Penha, o meu agradecimento por sempre trazer um incentivo nos momentos mais difíceis, me apoiando durante toda minha trajetória acadêmica e acreditando no meu potencial.

Ao meu pai, Luiz Carlos, que por diversas vezes chegou tarde a casa e perguntou se eu estava bem, por ficar até de madrugada debruçada sobre os textos acadêmicos. Meu agradecimento por sua preocupação.

Ao meu irmão, Rogério, que torceu imensamente por minha formação, mesmo diante das tribulações que surgiram pelo caminho.

Ao meu esposo, Bruno, que é meu maior incentivador, desde o princípio estive junto de mim, cuidando de nossas filhas com todo zelo, enquanto estive ausente por diversas vezes para me dedicar aos estudos. Obrigada por todo amor e compreensão. E quando pensava em desanimar devido aos percalços do caminho, ele foi o primeiro a dizer: Você é capaz, inteligente e dedicada, a palavra desânimo não existe na sua vida, por isso, siga em frente para conquistar seu sonho. Te amo.

As minhas filhas, Anna Clara e Giullia, que são a razão da minha vida, as flores do meu jardim. Perdoem-me pelos momentos ausentes como mãe, mas, saibam que fiz tudo pensando em um futuro melhor para nossa família. Amo vocês.

As minhas amigas que fiz na trajetória acadêmica, Camila, Maria Carolina e Thaís, meu agradecimento a vocês, que foram primordiais a cada momento que passamos juntas desde o primeiro dia de aula. Sou grata por aturar meus desesperos e angústias, torcendo sempre por mim para o alcance do meu sucesso profissional. Quero agradecer a Luciane por me estimular no momento da construção desta monografia, cada palavra de coragem e apoio foi sublime para esta etapa.

As minhas irmãs em Cristo, Ester, Natália e Giselle, sem a oração e incentivo de vocês, não teria forças para continuar na busca desse sonho.

A minha supervisora de estágio e amiga, Darcileni Lima Fiuza, por toda dedicação, colaboração e paciência, por todas as contribuições imprescindíveis para que eu me tornasse uma profissional, foi essencial para minha formação.

Ao meu orientador, Matheus Thomaz, por toda paciência e colaboração na construção deste trabalho.

Aos professores que fizeram parte na construção da minha formação acadêmica e compartilharam os seus conhecimentos.

A minha turma de Serviço Social, por todas as felicidades e divergências que passamos juntas, foi enriquecedor todos os momentos compartilhados. Torço pelo sucesso de todas nós.

Por fim, as Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba e a Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, do município de Campos dos Goytacazes, que contribuíram para a realização da minha pesquisa.

“Primeiro, em que o trabalho é exterior ao homem, i. e., não pertence à sua essência, em que por isso ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve qualquer energia livre física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito. Por isso, o operário só se sente em si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Ele sente-se como em sua casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente como em sua casa. O seu trabalho não é portanto voluntário mas forçado, trabalho forçado.”

(José Paulo Netto)

RESUMO

A presente monografia pretende analisar as problemáticas das transformações do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, propor uma reflexão crítica acerca das tendências assumidas pela Assistência Social quando assume os trabalhadores que estão em condições precárias de trabalho no Brasil e discutir a possibilidade de melhoria da situação social das mulheres, inseridas no acompanhamento pelo PAIF no CRAS/Chatuba. A proposta consiste em debater sobre medidas adotadas pela Assistência Social no Brasil, no que se refere ao enfrentamento contra o desemprego ser pela via de ações de qualificação profissional. Discursaremos um breve histórico do município de Campos dos Goytacazes, a intervenção do Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/Chatuba, como também, demonstraremos um estudo de campo realizado nesta Instituição. Apresentaremos uma pesquisa de caráter quanti-qualitativo realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) e no CRAS/Chatuba, na tentativa de compreendermos a efetivação do Programa de Inclusão Produtiva em nosso município. Pretende-se colaborar na apreensão da intervenção da Política Pública de Assistência Social ao incorporar a qualificação profissional como propulsora de um protagonismo profissional para as mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/ Chatuba.

Palavras-chave: Trabalho, Assistência Social, Qualificação Profissional e Mulheres.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the problematic of the transformations of the world of work in contemporary society, to propose a critical reflection on the tendencies assumed by the Social Assistance when it assumes the workers who are in precarious conditions of work in Brazil and to discuss the possibility of improvement of the social situation Of women, inserted in the follow-up by the PAIF in the CRAS / Chatuba. The proposal consists of discussing measures adopted by the Social Assistance in Brazil, regarding the confrontation against unemployment, by means of professional qualification actions. We will discuss a brief history of the municipality of Campos dos Goytacazes, the intervention of the Social Service in the Reference Center of Social Assistance - CRAS / Chatuba, as well as, we will demonstrate a field study carried out in this Institution. We will present a quantitative-qualitative research carried out in the Municipal Department of Human and Social Development (SMDHS) and CRAS / Chatuba, in an attempt to understand the effectiveness of the Productive Inclusion Program in our city. It is intended to collaborate in the apprehension of the intervention of the Public Policy of Social Assistance by incorporating the professional qualification as propeller of a professional protagonism for the women accompanied by the PAIF in the CRAS / Chatuba.

Key words: Work, Social Work, Professional Qualification and Women.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CNAS	Conferência Nacional de Assistência Social.
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social.
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais.
CEP	Código de Ética Profissional.
EC	Emenda Constitucional.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LBA	Legião Brasileira de Assistência.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
NOB	Norma Operacional Básica da Assistência Social.
ONGS	Organizações Não Governamentais.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
PBF	Programa Bolsa Família.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social.
SMDHS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.
SMFAS	Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.
SUS	Sistema Único de Saúde.
SUAS	Sistema Único da Assistência Social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil das mulheres em acompanhamento pelo PAIF no CRAS/Chatuba.....66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA	16
1.1 As transformações no mundo do trabalho	16
1.2 Os impactos das transformações no Brasil: O neoliberalismo pós anos 1990	22
2 TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM EMBATE PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
2.1 Assistência Social: mecanismo de regulação estatal	35
2.2 Inclusão produtiva: uma mediação da assistência social via qualificação profissional	45
2.3 Trabalho feminino: uma discussão no âmbito da Assistência Social	50
3 PROTAGONISMO PROFISSIONAL: uma nova oportunidade para as mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/Chatuba	56
3.1 Serviço Social no CRAS/Chatuba	56
3.2 O estudo de campo: a realidade das mulheres do CRAS/Chatuba	65
3.3 Entrevistas com as Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba e do Programa de Inclusão Produtiva do município de Campos dos Goytacazes	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICES I E II	82
APÊNDICE III	83

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta trazer uma reflexão acerca da qualificação profissional, que é considerada pela política de Assistência Social como estratégia de enfrentamento ao desemprego no Brasil, especificamente para os beneficiários dos programas sociais de transferência de renda. A qualificação profissional será abordada como discurso de possibilidade de uma autonomia para os usuários da Assistência Social.

A discussão principal se estabelece sobre a relação da Assistência Social e trabalho, uma vez que como Política pública visa por meio da inclusão produtiva um protagonismo profissional de seus usuários, tendo em vista proporcionar melhores condições de vida para aqueles que sofrem com a precariedade do trabalho ou mesmo para os que estão desempregados.

Discutiremos esse assunto devido a um estudo de campo realizado no CRAS/Chatuba durante o período de estágio, que nos possibilitou a compreensão da situação social de dezenove mulheres da idade de 25 a 40 anos, que estavam em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.

Iniciaremos nossa discussão sobre o trabalho na sociedade contemporânea, tendo sua gênese a nova forma de produção para as bases produtivas, que acarretaram resultados conflitantes para as relações sociais de produção.

A proposta consiste em dar destaque de como o sistema capitalista de produção constituiu respostas para a crise, das quais afetaram a classe trabalhadora a nível mundial. Visto que, no colapso da crise, na década de 70, ocorreram alterações na maneira de se produzir mercadorias, que ocasionaram profundas mudanças na sociedade, pois teve a necessidade de se traçar estratégias para alavancar a acumulação do capital. Isso significa que, para conseguir novamente a rotatividade do capital foi preciso acontecer a transição do Fordismo, conhecido como regime rígido de produção, para o Toyotismo, que é o modelo de acumulação flexível.

Identificamos que a reestruturação produtiva alterou a relação da força de trabalho, o consumo da massa e o modo de viver dos próprios trabalhadores, pois, tiveram que sofrer com as novas adaptações impostas pelas indústrias se quisesse continuar empregados.

Este cenário possibilitou a origem de uma nova organização social de trabalho, que se consolida a partir do momento em que é exposta a precarização das condições de trabalho, sendo a flexibilização, a intensificação, a subcontratação e a fragmentação do trabalho.

É importante salientar que, as contradições do capital x trabalho desencadeiam as expressões da Questão Social, por isso, a classe dominante precisou conceder respostas às problemáticas advindas da reestruturação produtiva. Sendo assim, operou através do Estado as suas respostas para as desigualdades sociais decorrentes desse processo.

No Brasil, o Estado realiza a mediação através das Políticas Sociais, que de forma tardia se estabeleceu no final da década de 80 e início de 90, estando de acordo com um conjunto de respostas de cunho neoliberalista, tido como precursor das ações a serem efetivadas para o atendimento da reprodução da força de trabalho, na sociedade brasileira.

Refletir sobre tal problemática fundamenta-se no atual contexto de crise do sistema capitalista, que tem a política de Seguridade Social, sendo a Assistência Social, a principal Política Social estruturadora para os segmentos específicos da sociedade brasileira, tendo como sua principal responsabilidade o direito ao trabalho no Brasil, pela via das ações de qualificação profissional.

É importante considerar que, devido às novas configurações ocorridas no mundo do trabalho, o Estado se utiliza da Assistência Social para efetivar respostas para as expressões da Questão social. Nesta perspectiva, a Política de Assistência Social passou a efetivar suas ações para o atendimento dos segmentos mais pobres da sociedade. Sendo um importante mecanismo de enfrentamento da desigualdade social no Brasil pelo viés não contributivo da política social brasileira.

Nesse contexto, para o atendimento das necessidades sociais dos indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho ou para aqueles que são impossibilitados para exercer as atividades laborativas, se destina a oferta dos programas de transferência de renda, como meio de trazer uma possibilidade de manutenção para a sobrevivência para as suas famílias.

No bojo de nossa discussão, vale ressaltar que o trabalho feminino sofreu consequências perversas em torno do processo produtivo, caracterizando uma feminilização da pobreza. Visto que, as mulheres são as mais atingidas pela precariedade das condições de trabalho em nosso país. Neste cenário, se fez necessário a intervenção do Estado, mesmo que ocorra de maneira compensatória, mínima e fragmentada, como é o caso da política da Assistência Social.

Mas, nosso debate centra-se de como essa política Pública, na tentativa de “emancipar” politicamente seus usuários aptos ao trabalho, se concretiza por medidas contra o desemprego, pela via de ações de qualificação profissional.

Para compreendermos sobre a efetivação da Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, especialmente para atender as problemáticas das mulheres, que estão

em acompanhamento pelo PAIF no Centro de Referência da Assistência Social CRAS/Chatuba, que se encontram desempregadas ou condições precárias de trabalho, buscaremos analisar a intervenção do Serviço Social nesta referida Instituição, segundo a inserção no Programa de Inclusão Produtiva, na perspectiva de permitir uma qualificação profissional.

Nosso objetivo é analisar se a qualificação profissional ofertada por este Programa, de fato consegue uma melhoria na condição social para a vida dessas mulheres, pois, se almeja a possibilidade de uma autonomia profissional, na perspectiva de geração de renda que não seja somente pelo Programa Bolsa Família - PBF ou pelos demais os outros programas sociais de transferência de renda.

Para isto, declaramos que o interesse pelo objeto de estudo surgiu durante o período de estágio que a estagiária de Serviço Social esteve no CRAS/Chatuba, onde observou os relatos das mulheres, que alegavam a insuficiência de renda apesar de serem beneficiárias do PBF, declaravam que a renda que recebiam do Programa era insuficiente para sobrevivência de suas famílias.

A metodologia utilizada foi de caráter quanti-qualitativo e contou com o recurso de dois formulários com questões estabelecidas por um roteiro pré-elaborado pela autora desta monografia juntamente com seu orientador. As entrevistas foram realizadas com a colaboração de duas Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba, mais uma Assistente Social integrante da equipe do Programa de Inclusão Produtiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) do município de Campos dos Goyatacazes.

Assim, ao expor esse resultado esperamos contribuir para a apreensão da intervenção da política de Assistência social ao incorporar a qualificação profissional como propulsora do protagonismo profissional das mulheres.

1 TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA

1.1 As transformações do mundo do trabalho

Este capítulo vem apresentar o trabalho¹ na sociedade contemporânea, no sentido da acumulação capitalista, para aprofundar a discussão acerca das contradições e transformações existente nas relações de produção, as respostas do Estado à Questão Social e os impactos no Serviço Social através da contribuição de Behring (2008), Harvey (2012), Iamamoto (2004), Marques e Mendes (2007), Netto (1996), Patriota; Pereira; Silva (2009), Pfeifer (2008), Sennett (2009), Sitcovsky (2013) Yazbek (1997).

Na contemporaneidade, nos deparamos com a crise do capitalismo, onde as respostas à crise construídas pelos países do eixo central capitalista decorrem de transformações do mundo do trabalho. Na verdade, este contexto abrange os desafios encontrados pela classe trabalhadora. As profundas mudanças no mundo do trabalho ocasionaram transformações societárias.

Para entender essas transformações societárias, é pertinente compreendermos que estão intrinsecamente associadas ao desenvolvimento capitalista decorrente desde a década 70 até os dias atuais. Neste contexto histórico, Netto (1996) chama a atenção para as contradições existentes no modo de produção capitalista, na transição do Fordismo para o regime de acumulação flexível.

A matriz é fecunda porque, apanhado as transformações societárias que a transição da “rigidez” à “flexibilidade” dinamiza e engrenda, não perde de vista a sua concreta inscrição histórica: elas são compreendidas no interior do campo de inflexões do movimento do capital, portadoras do complexo das suas contradições, possibilidades e limites (NETTO, 1996, p.91).

A reestruturação produtiva nos revela as tendências e contradições que todo este processo ocasionou nas profundas mudanças no mundo do trabalho. Neste sentido, é importante começar esta discussão elucidando a respeito do Fordismo. Que, de acordo com Harvey (2012) se estabelece quando Ford introduziu uma nova forma para sua linha de

¹ Entendemos trabalho no sentido ontológico através do surgimento do ser social, pois, acontece através da transformação da natureza em algo material, tendo a intenção da satisfação das necessidades e da obtenção da riqueza social. Assim, homens e mulheres passaram a se organizar, refletir e a se relacionar na sociedade através do trabalho. Conforme Netto; Braz (2008, p. 34) “(...) atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual - transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades - se cria riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens na sociedade, mas é, também e ainda, o processo pelo qual surgiu o ser desses homens, **o ser social**.”

produção. “O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade” (HARVEY, 2012, p. 122). Desta forma, evidenciamos que isto alterou a relação da força de trabalho, o consumo de massa, alcançando um novo estilo e modo de vida dos próprios trabalhadores. Que ao mesmo tempo em que influenciou o processo produtivo, também atingiu a classe trabalhadora, passando a proporcionar uma rotina cotidiana rígida para obter como resultado, uma maior produtividade e o consumo em massa.

Pfeifer (2008), em análise a esta problemática, revela que Gramsci investigou essa forma de organização do trabalho, visto que se realizava através das esteiras de montagem de produção em massa, estipulada por Ford, mas também como Taylor redefiniu as funções de acordo com o tempo e os movimentos de todo o processo de trabalho. A partir disso, percebeu que aumentou significativamente a produção industrial, porém, fez com que os trabalhadores realizassem movimentos mecânicos por meio da aceleração do trabalho, o que proporcionou que tivessem comportamentos parecidos como de uma máquina, a ponto de ficarem automatizados.

O processo Fordista permitiu alterações na racionalização da produção e do trabalho, no momento em que houve a necessidade de adaptação do trabalhador para atender as exigências da indústria. Sendo assim, a sociedade americana assumiu essa realidade, sem que houvesse resistência ou repúdio para a implantação do sistema fordista de produção, ou seja, o trabalhador aceitava se adaptar a isto ou perderia benefícios e o aumento dos salários em relação a sua eficiência na produção. Conforme Pfeifer (2008)

Gramsci afirma que as características da formação social americana permitiram a introdução do modelo fordista de racionalização da produção e do trabalho de forma mais “fácil”, construindo o modo de vida do país centrado na produção através da combinação de esquemas de coerção, como pela destruição do sindicalismo operário, e de consenso, persuadindo os trabalhadores com altos salários, benefícios sociais e estratégias ideológicas e políticas (PFEIFER, 2008, p.20).

Os trabalhadores eram submetidos a formas de adestramento, pelo fato de estarem inseridos numa sociedade mais racionalizada sobre a ideologia do seu país, pois centrava seu modo de vida na produção e racionalização do trabalho, como forma de atender as necessidades das bases produtivas. Neste sentido, “[...] o desenvolvimento capitalista do tipo “americanismo e fordismo” vem requerer um “novo tipo humano”, conformando e enquadrando às necessidades das forças produtivas” (PFEIFER, 2008, p.20). Isto deixa claro

que existiu certo “controle” por parte das indústrias fordistas sobre a vida dos trabalhadores, pois exerceu uma coerção moral para suas vidas fora local de trabalho.

Ressaltamos que a utilização do “alto salário” era uma maneira de persuadir os operários das fábricas a aceitarem as exigências das novas formas de produção. “É uma ferramenta para selecionar e manter um quadro estável de trabalhadores qualificados que estão adaptados ao novo modelo de produção, e fazê-los representantes e disseminadores da forma social correspondente do modelo industrial” (PFEIFER, 2008, p.23). No entanto, não se consolidava de maneira igualitária para todos que exerciam sua força de trabalho, pois se destinava apenas para aqueles que tivessem um grau de hierarquia dentro da indústria, ou seja, que fizesse parte da aristocracia da indústria moderna. Diante disso, aconteceu uma insatisfação por parte dos trabalhadores em consequência da negociação em torno dos salários, pois não existiu a mesma distribuição para todos os setores da economia, mas somente alguns tinham o privilégio de crescimento no interior da indústria. Como afirma Harvey (2012)

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não fordista de subcontratação (HARVEY, 2012, p. 132).

As novas formas do método fordista de adaptação do trabalhador trouxeram diversas dificuldades para a vida cotidiana, pois afetou sua saúde física e mental, na perspectiva de atender as necessidades da indústria moderna. Portanto, a utilização das formas de coerção e disciplina, que serviram para o desenvolvimento das forças produtivas, foi exercida para alavancar as condições econômicas de produção em favorecimento da acumulação do capital.

Em meados dos anos 1970 o sistema capitalista entrou em crise, a produção ultrapassou o consumo das massas, o que ocasionou pouco giro do capital, houve mais produção do que consumo, trazendo um excesso de mercadorias com um estoque alto. A crise inviabilizou a acumulação do capital, uma vez que proporcionou tanto o problema da redução nos investimentos quanto à queda dos lucros advindos de todo o processo de produção. Para o capital a profunda recessão econômica se estabelece devido à rigidez existente no processo de trabalho. Pois, de acordo com Harvey (2012) este fato se tornou marcante no período de 1965 a 1973, em que o capital fixo não tinha mais rotatividade. O que impediu a expansão do

sistema capitalista, visto que já não conseguia mais acumular o capital. A classe trabalhadora reagiu em relação à escassez de contratos de trabalho, o que gerou greves e enfrentamentos com o mercado.

Logo, é importante ressaltar que a partir da recessão de 1973 ocorreram profundas mudanças na vida social, política e econômica na sociedade, pois surgiu uma nova organização industrial, que teve a intenção de alavancar o crescimento econômico que estava estagnado devido à crise mundial. Segundo revela Harvey (2012)

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação”(estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de ajustamento sócio e político (HARVEY, 2012, p. 140).

Em decorrência desses fatos, o modo de produção capitalista teve que se reinventar. Profundas transformações no mundo do trabalho na sociedade contemporânea foram reflexos das mudanças na forma de se produzir mercadorias com características que as deram o nome de *acumulação flexível*.

Diante disso, a transição do Fordismo/Taylorismo para o Toyotismo como uma das expressões do modelo de acumulação flexível, ocasionou profundas mudanças nas relações sociais de produção, atrelada a origem de uma nova organização social de trabalho.

Esse processo produz uma grande transformação no mundo do trabalho, pois ocorreram mudanças na organização de todo o processo de produção nas indústrias nesse período. O que nos remete a reconhecer a transição para um novo regime de acumulação e regulamentação, que Harvey (2012) explica

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) (HARVEY, 2012, p. 140).

Com outro olhar Sennett (2009) relata que a acumulação flexível se apresenta através de um sistema de poder composto por três elementos, dos quais demonstram as modernas formas de flexibilidade, sendo: “a reinvenção descontínua de instituições;

especialização flexível de produção e a concentração de poder sem centralização” (SENNETT, 2009, p. 54).

A reinvenção descontínua de instituições se apresenta pela prática administrativa moderna através das redes elásticas, ou seja, podem se mover e se retirar quando precisar, é algo mais fragmentado. Diferentemente das hierarquias piramidiais do sistema fordista de produção, que era rígida, não concedendo chances de serem alteradas.

O autor chama a atenção que a mudança institucional é conflitante, mas é necessária devido ao mercado de consumo, pois este se tornou algo primordial para o capitalismo moderno. Com isso, surge a especialização flexível que Sennett (2009) afirma ser a antítese do Fordismo como sistema de produção. Pois, se caracteriza como uma forma mais especializada na produção, ao trazer mais agilidade para as demandas do mercado, que de certa forma acabou favorecendo o consumo. Como relata Sennett (2009) acerca desta especialização flexível

Os ingredientes necessários para a especialização flexível, também aqui, nos são conhecidos. A especialização flexível serve à alta tecnologia; graças ao computador, é fácil reprogramar e configurar as máquinas industriais. A rapidez das modernas comunicações também favoreceu a especialização flexível, pondo dados do mercado global ao alcance imediato da empresa (SENNETT, 2009, p. 60).

Outro ponto relevante que o autor enfatiza é a questão do tempo, pois gera um novo poder sobre o trabalhador. No sentido de que apesar de quebrar com uma suposta “rotina de trabalho”, demonstra um engano sobre a liberdade, pois revela o controle das instituições sobre seus trabalhadores. Como afirma Sennett (2009)

Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado. Da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações (SENNETT, 2009, p. 69).

Neste contexto, compreendemos que um fator determinante para a acumulação flexível é a demanda externa do mercado global, onde a comunicação advinda da inovação tecnológica favorece toda mudança na estrutura interna das instituições. Pois, indica aonde os capitalistas devem fazer seus investimentos, ou seja, determina os locais exatos para conseguirem obter o consumo da população, em virtude da obtenção do lucro.

Além disso, não podemos nos esquecer dos efeitos perversos que este novo modo de reprodução, desencadeou para os trabalhadores. Sendo assim, tanto Harvey (2012) quanto

Sennett (2009) concordam com a seguinte discussão no que tange a exploração da força de trabalho.

Os impactos sobre a classe de trabalhadores dessa flexibilidade do processo de trabalho produzem o elevado índice de desemprego, o aumento de poder dos donos dos meios de produção sobre o controle da força de trabalho, e por consequência revela o enfraquecimento dos sindicatos, pelo fato da redução dos postos de trabalho e ainda os trabalhadores são obrigados a aceitarem baixos salários, contratos parciais, muitas vezes sem regulamentação dos direitos trabalhistas, afetando o mercado de trabalho. De acordo com Harvey (2012)

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis (HARVEY, 2012, p. 143).

O que demonstra o quadro caótico que os trabalhadores foram obrigados a aceitar para não ficar fora do mercado de trabalho. Visto que revela uma exorbitante precarização do trabalho, de modo que se realiza através da fragmentação, da intensificação e da flexibilização das condições de trabalho. Desta forma, (SENNETT, 2009, p. 73) relata que o novo capitalismo no que tange aos três elementos do regime flexível revela uma espontaneidade. Entretanto, se apresenta de maneira autodestrutiva para os trabalhadores que estão mais embaixo deste regime, pois quando aceitam as regras impostas, acabam permitindo a destituição do seu próprio caráter.

Além disso, o advento da tecnologia acarretou a utilização das máquinas automatizadas como forma de auxiliar em todo o processo de produção. Contudo, de acordo Sennett (2009) isto é ruim, pois não se importa com quem vai operar a máquina, ou seja, com o trabalhador, porque é ela que vai executar o trabalho. Neste sentido, “(...) a maquinaria é o verdadeiro padrão de ordem, e por isso, tende a ser mais fácil para qualquer um, não importa quem, operar. A dificuldade é contraprodutiva num regime flexível” (SENNETT, 2009, p. 84). Desta forma, isto faz com que o trabalhador se sinta confuso, pois ele se sente como um mero operador das máquinas e não responsável pelo resultado do trabalho, o que traz à tona certa superficialidade ao desempenhar sua função. “Quando tudo nos é facilitado, como no trabalho que descrevi, tornamo-nos fracos; nosso compromisso com o trabalho se torna superficial, uma vez que não entendemos o que fazemos” (SENNETT, 2009, p. 87-88).

Diante desse aspecto a facilidade está na agilidade do serviço. Entretanto, se os trabalhadores não sabem “consertar” uma máquina ao apresentar algum problema ou defeito, simplesmente se tornam inúteis para o processo de produção.

Enfim, ao longo dessa discussão, percebemos que o sistema capitalista se fortaleceu a partir do momento em que se desenvolveu de maneira mais organizada. Pois, passou a favorecer a acumulação do capital, tendo em vista o crescimento do lucro.

Porque o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 2012, p.150-151).

Assim, com o capitalismo cada vez mais organizado, ocorre a possibilidade de um retorno voraz ao consumo, atrelado as novas tecnologias e aos novos produtos existentes na sociedade contemporânea.

De fato, não podemos deixar de considerar as respostas que a classe dominante operou através do Estado mediante as desigualdades sociais produzidas no processo de reestruturação produtiva pós crise dos anos de 1970.

1.2 Os impactos das transformações no Brasil: O neoliberalismo pós anos 1990

As respostas operadas pela classe dominante através do Estado frente à Questão Social com a mediação das Políticas Sociais, se constituem a partir das transformações do modo de produção capitalista e da reestruturação produtiva. Mas, de forma tardia se apresentam em nosso país a partir do final da década de 80 e nos anos 90. O conjunto dessas respostas vai ser por meio das políticas neoliberais. Sendo assim, se faz necessário apreendermos a respeito do neoliberalismo, pois, define a reprodução da força de trabalho pelo viés puramente econômico.

Com o advento da crise mundial somada a globalização da economia e as mudanças nas relações de produção verifica-se o retorno aos ideais liberais, em conformidade com acúmulo do capital.

Dessa forma, o neoliberalismo constituiu-se através da permissão do mercado ser o principal mecanismo regulador das relações sociais, que por sua vez, desconstituiu o Estado como o único provedor da proteção social no país, à medida que a intervenção estatal se

transforma, ou seja, se realiza de maneira mínima. Com isso, verifica-se a caracterização de um Estado mínimo.

Com o impacto da reestruturação produtiva, como parte do consenso de Washington para as respostas à crise, as políticas neoliberais chegam ao Brasil nos anos de 1990. Ocorre uma diversidade de entraves sobre o dever do Estado no Brasil, como já mencionamos anteriormente. Contudo, vamos declarar a partir desse momento, como tudo começou em nosso país, tendo como introdutor da adoção das medidas neoliberais o governo Collor de Melo. Visto que, instituiu dois planos, sendo o primeiro o *Plano Collor*. Este se caracterizava como radical, pois detinha o bloqueio daqueles que estava fluindo financeiramente, na tentativa de aumentar a receita do país. Por um momento até conseguiu o que almejava, no entanto, “a abertura comercial e a reforma administrativa propiciaram o aumento do desemprego, e pouco tempo depois o país entrava em uma recessão profunda” (BEHRING, 2008, p. 150). Já o segundo plano, denomina-se *Plano Collor II*, que se apresentava sobre uma forte perspectiva neoliberal por intermédio do corte nos gastos públicos, mas ainda com as tarifas exorbitantes que eram cobradas, como medida de uma reforma financeira no país.

Em seguida, identificamos que o Estado se inseriu certamente num processo de adaptação à lógica do capital. Pois, em 1991, perpassou por reformas estruturais através dos programas de privatizações em nosso país, que só serviu para fortalecer os interesses da classe dominante, enquanto a classe trabalhadora se encontrava cada vez mais desprotegida pelo Estado. Desse modo, o governo Collor consolidou uma intervenção mínima através do viés puramente econômico, se consolidando por intermédio do mercado. Nesse sentido, a autora destaca que “Collor preconizou as reformas orientadas para o mercado como complemento do processo de modernização, tendo em vista a recuperação da sua capacidade financeira e gerencial” (BEHRING, 2008, p. 153).

Diante do exposto, identificamos que Collor não conseguiu reduzir o endividamento do Brasil. Por isso, gerou insatisfações dos trabalhadores brasileiros, desencadeando o processo de *impeachment*, que o retirou da Presidência do Brasil.

Logo, seu sucessor o vice Presidente Itamar Franco continuou a comandar o país na perspectiva neoliberal. Trazendo de forma explícita a regressão de direitos, num ambiente de frustração e desconfiança por parte da classe trabalhadora. Embora, obteve um avanço limitado no que diz respeito às Leis no Brasil, sendo estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que é um complemento ao que é consolidado na Constituição Federal de 1988.

Assim, depois de tantas tentativas de estabilização econômica em nosso país, em 1994, se instituiu o Plano Real no governo de Fernando Henrique Cardoso. Que possibilitou uma melhoria econômica para os brasileiros consumidores e uma abertura para investimentos nas indústrias. Contudo, em 1999, gerou um déficit nas contas públicas por meio dos juros altos, fomentando uma grave crise econômica em nosso país. Não obstante, é importante salientar que a produção industrial estava mediante o processo de reestruturação produtiva, que proporcionava a precariedade das condições de trabalho para classe trabalhadora. “A perda de postos de trabalho, por sua vez, não foi compensada pelo setor de serviços e muito menos pelo setor público, jogando milhões de pessoas na informalidade e até no crime organizado, em nítido avanço na década de 1990” (BEHRING, 2008, p. 160).

A partir desse contexto, o governo de Fernando Henrique Cardoso visou fazer novas alianças políticas, que pudesse conceder a sustentação da reforma política do Estado. Diante disso, compreendemos que o Plano Real apesar de seus acertos e falhas, se efetiva na consolidação do projeto neoliberal no Brasil. Em que, foi utilizado pelo Estado para favorecer os interesses dos burgueses, sendo os detentores do capital, ao passo que os trabalhadores que estavam inseridos no contexto das desigualdades sociais, somente tinham suas reivindicações atendidas pelo Estado mínimo de intervenção.

Na verdade, toda produção favorece a agudização das expressões da Questão social, por deixar impasses na redistribuição de renda no Brasil. A regulação das relações sociais de produção se realizam por intermédio do mercado. Assim, não poderia haver outro resultado que não fosse o empobrecimento e a pauperização da classe trabalhadora em nosso país. Sendo assim, sofre seriamente com as consequências do ajuste neoliberal e com o retrocesso das políticas sociais brasileiras. Conforme Behring (2008):

Assim, a saída da crise – sempre invocada como um processo natural, a exigir respostas práticas-estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais (BEHRING, 2008, p. 160).

Enfim, o Estado atribui a reestruturação produtiva, ao ajuste neoliberal e a globalização do capital mundial, a ausência da regulação do seu poder. O que revela o desmonte dos direitos trabalhistas que a classe trabalhadora lutou anos para conquistar no período pós- 64 no Brasil. O que define a regressão do seu papel frente às problemáticas advindas das relações sociais de produção. Com base nessa afirmativa Behring (2008) se remete a:

[...] uma redefinição do papel do Estado, no sentido da desregulamentação de sua intervenção nas relações de trabalho, atribuindo ao capital e ao trabalho uma suposta igualdade de condições- uma espécie de retorno ao século XIX, que implica a evidente desvalorização da força de trabalho- para negociara, e desconsiderando as conquistas históricas dos trabalhadores (BEHRING, 2008, p. 226).

Levando-se em conta o que foi discutido, é nítido perceber que no Brasil a classe trabalhadora apesar de ter seus direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, se sente “desprotegida” ao receber do Estado respostas compensatórias, seletivas, fragmentadas e restritivas no que diz respeito à proteção social, no âmbito da Seguridade Social brasileira. Configura uma desconstrução dos direitos sociais no Brasil, pois quando o Estado gasta menos com o enfrentamento das desigualdades sociais, sobra mais recursos para os capitalistas investirem e expandirem seu lucro.

Assim, se aprofundou o neoliberalismo no Brasil na década de 90, atingindo fortemente o papel do Estado como responsável pela provisão das políticas sociais no país. Pois, acabou aderindo ao ajuste neoliberal, que resulta “[...] a desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais e apelo ao mérito individual” (PATRIOTA; PEREIRA; SILVA, 2009).

Para a realidade brasileira, isto trouxe uma tendência regressiva na universalização e na gratuidade da Seguridade Social no país, pois com focalização, descentralização e mercantilização das políticas sociais, o que ocorre é o advento de políticas sociais compensatórias de cunho emergencial, que foram instituídas e regulamentadas para consolidar respostas a ausência de renda para aqueles indivíduos, que se encontram inseridos na precariedade do trabalho no país. Diante disso, demonstra a estratégia do Estado frente ao combate da pobreza no Brasil.

Este cenário rebateu na Seguridade Social brasileira, estando intrinsecamente associado ao ajuste neoliberal e atrelado às mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais que acontecem no interior da sociedade. Este complexo processo que ocorreu no decorrer da crise, buscou redefinir a regulação das relações sociais no âmbito da proteção social no Brasil. Como afirma Yazbek (1997):

Não é um fenômeno novo porque o capitalismo é necessariamente global, é um fenômeno mitificado e ideologizado que comporta fraturas e contradições, mas inegavelmente é um processo com características próprias na perspectiva de adequação à tendência expansiva do capital (YAZBEK, 1997, p. 5).

Logo, o processo global não nos surpreende ao favorecer o capital, a ordem econômica mundial, pois visa somente à expansão do capital. Visto que traz perversas

alterações para a sociedade refletindo, sobretudo no trabalho, pois desencadeou a precarização e sulbalternização das relações de produção, submetendo à ordem do mercado. Desse modo, quem mais sofreu e sofre até os dias atuais com esses entraves é a classe trabalhadora. Assim, “[...] a questão social se expressa na insegurança do trabalho assalariado e na penalização dos trabalhadores. Pois, é o trabalho, de sua proteção e garantia que se construíram em um processo de conquistas, os direitos sociais, a Seguridade Social” (YAZBEK, 1997, p. 5).

Neste complexo cenário de contradições entre o capital x trabalho borbulha as expressões da Questão Social. Como declara Imamoto (2004)

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indispensável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas atividades vitais (IAMAMOTO, 2004, p.17).

É no bojo dessa discussão que identificamos a necessidade da demanda da proteção social, no que tange a garantia dos direitos sociais para os trabalhadores no Brasil. Entretanto, percebemos que em nosso país nunca existiu o Welfare State, conhecido com o Estado de Bem Estar Social. De fato, no Brasil o que existe é uma insegurança do emprego, que de certa forma se caracteriza como uma das expressões da questão social. Isto significa que seu enfrentamento se realiza através da redução dos gastos públicos, em que, o Estado se mostra ausente no que diz respeito à proteção social, pois, percebemos que “[...] é um Estado que reduz suas intervenções no âmbito social, que se apresenta como “parceiro” da sociedade em suas responsabilidades sociais” (YAZBEK, 1997, p.6).

Nesse contexto Behring (2008) afirma que as transformações do capitalismo contemporâneo, conforme apresentado no tópico anterior, possibilitaram a origem de uma contrarreforma do Estado, já que impôs uma hegemonia nas relações sociais capitalistas de produção. Com isso, avançou com suas contradições nos anos de 1990 através das políticas neoliberais.

Desta forma, a contrarreforma do Estado afetou todo o processo das lutas da classe trabalhadora. As classes dominantes através do Estado aprovaram a redução dos gastos públicos, demonstrando a restrição na efetivação dos direitos sociais no Brasil. O que leva a impactos perversos para as demandas dos trabalhadores em relação à proteção social brasileira.

Nesse sentido, a contrarreforma refletiu sobre o processo de redemocratização do país. Conforme Behring (2008):

[...] pode-se falar também de uma contra-reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de uma reforma democrática no país, que muito possivelmente poderia ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando inacabadas tarefas democráticas burguesas em combinação com outras de natureza socialista- ou seja, empreender reformas democráticas, num país como o Brasil, significa a ultrapassagem do Estado de direito burguês, já que elas tendem a ultrapassar a si mesmas, considerando-se a cultura visceralmente antidemocrática da burguesia brasileira [...] (BEHRING, 2008, p. 129).

Os problemas se evidenciam pelo ponto de vista individual e tem seu enfrentamento por intermédio da doutrina neoliberal. Isto demonstra a despolitização dessas relações sociais e ressalta a desestrutura das políticas sociais em nosso país. Como destaca Yazbek (1997), “[...] as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado no âmbito da questão social são reducionistas, esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social” (YAZBEK, 1997, p. 6).

O Estado no Brasil só reforça as desigualdades sociais, pois proporciona respostas fragmentadas ao invés de consolidar o cunho universalista das políticas sociais instituídas na Constituição de 1988. Há um avanço da proposta de um Estado Mínimo para o social, no momento em que corta os gastos públicos.

Segundo Behring (2008), o neoliberalismo abrange diversos ambientes, como: político; econômico e cultural, sendo instituídos pelo Consenso de Washington², como forma de conceder uma estabilização econômica para o momento de crise que o país enfrentava devido à dívida externa com outros países.

Neste debate Yazbek (1997) tenta nos levar a compreender que o sistema capitalista busca destruir os direitos sociais, pois suprime o papel do Estado no que se refere à proteção social da classe trabalhadora, permeada no âmbito da Seguridade Social no Brasil, composta pela Previdência, Saúde e Assistência Social. Neste aspecto, sua aplicabilidade ficou comprometida pelo conjunto de reformas nas suas estruturas, sendo permeadas pelo Consenso de Washington, que por sua vez, estabeleceu a mercantilização dos direitos sociais em nosso país, no momento em que o Estado permitiu tanto a ocorrência das privatizações na Saúde e na Previdência Social, quanto à focalização e descentralização da Assistência Social. Nesse

² O Consenso de Washington estabelece-se a partir de um seminário realizado na cidade, entre 14 e 16 de janeiro de 1993, para discussão de um texto do economista John Williamson, e que reuniu executivos de governo, dos bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de onze países. (BEHRING, 2008, p. 148).

sentido, o controle e a regulação das atividades sociais perspectiva de gerência da área social, ficou instituída por um viés puramente econômico.

Diante disso, o Estado permitiu a abertura da atuação do “Terceiro setor”, sendo este composto pelas organizações sem fins lucrativos, ou seja, pelas organizações não governamentais (ONGS) e entidades com iniciativas privadas. Desta forma, destina suas ações por intermédio da filantropia por meio das práticas de caridade.

Segundo Yazbek (1997)

Trata-se de um amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, atuando no interesse público, não estatal. São as denominadas organizações sem fins lucrativos, não governamentais, que envolvem um conjunto extremamente diversificado: desde as tradicionais entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) até as modernas fundações empresariais que movimentam milhões de dólares, passando pelas ONGS comprometidas com a melhoria das condições de vida da população e com a democratização do País (YAZBEK, 1997, p. 9).

Há uma refilantropização da questão social. Pois, os direitos sociais garantidos através das políticas públicas são neste momento tidos como favores prestados a classe trabalhadora. Como afirma Yazbek (1997):

Com a crescente subordinação das Políticas Sociais à lógica das reformas estruturais para a estabilização da economia, mesmo que não se avance para a privatização total da área social, constata-se uma redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas sociais (YAZBEK, 1997, p. 9).

Por isso, compreendemos que todo este cenário demonstra a lógica capitalista, pois, a tendência da acumulação do capital possibilitou relevantes impactos na reprodução da força de trabalho no Brasil, sob a ótica da perda da universalização e da gratuidade dos direitos sociais.

Agora vamos discutir acerca da mudança nas respostas à Questão social, por parte do Estado frente à governabilidade de Lula e Dilma no Brasil.

A partir dos anos 2000, vários aspectos permeiam o Estado, dentre eles o mais importante é a vitória do Projeto Democrático Popular, segundo Sitcovsky (2013) alguns autores como Sader e Pochmann (2013) afirmam que os governos Lula e Dilma proclamam um pós-neoliberalismo associado a um neodesenvolvimentismo. No que se refere a este aspecto, chamam a atenção para a tese da hegemonia pós-neoliberal, que se estabelece por dois elementos, sendo eles: o papel do Estado como indutor econômico e as políticas sociais como prioridade neste período.

Assim, o papel do Estado como indutor econômico abrange o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), considerado como um componente fundamental de crescimento, por intermédio de investimentos em infraestrutura que pretendiam elevar a taxa de investimentos econômicos e de eliminar o que estava incorreto na economia no país.

Contudo, Sitcovsky (2013) não concorda com a visão desses autores, pois almeja analisar a realidade social sobre a compreensão da totalidade, através do método das aproximações sucessivas, no que se refere à crítica de Marx no processo de investigação dos fenômenos sociais. Desta forma, afirma que o neodesenvolvimentismo defendido pelos autores, se embasa numa análise mistificada do real, ou seja, reflete uma ideologia falsa, por não revelar a essência da realidade brasileira, presente neste contexto.

Com isso, argumenta que o desempenho da ideologia do neodesenvolvimentismo, se realiza através da intervenção estatal apenas sobre “algumas” expressões da Questão Social, se referindo à miséria e a extrema pobreza no país. Sendo assim, se efetiva através do comando dos governos de Lula e Dilma no Brasil.

Com isso, não podemos negar que ocorreram mudanças na realidade brasileira a partir dessa perspectiva neodesenvolvista. Mas, enfatizamos que o Estado permanece com seu caráter de classe no que tange ao enfrentamento das problemáticas existentes entre capital e trabalho no Brasil. Desse modo, verifica-se a existência do dilema da atuação do Estado que se remete a hegemonia da classe dominante.

Contudo, “[...] retomaremos os elementos centrais que sustentam a ideologia pós-neoliberal/neodesenvolvimentista, a saber: o crescimento de investimentos estatais em infraestrutura, políticas sociais, reindustrialização e consumo” (SITCOVSKY, 2013, p. 123), para buscarmos demonstrar que se fez presente nos rumos da política em nosso país.

Neste sentido, notamos que o governo Lula tentou um retorno a industrialização no Brasil, tendo a perspectiva de uma melhora no cenário econômico no país. Todavia, isto não ocorreu, serviu somente para reafirmar a crítica à ideologia que nos referimos anteriormente.

Desta forma, ressaltamos a crítica a fase desenvolvimentista no Brasil, que se revela em contrapartida com a ideologia da recuperação industrial, por intermédio da valorização do mercado interno no país. Conforme Sitcovsky (2013):

Diferentemente dos defensores da “nova” fase desenvolvimentista no país, na qual um dos fundamentos seria o fortalecimento da indústria nacional, o que a realidade sinaliza é a desnacionalização, uma reprimarização e a prevalência das finanças, dando continuidade à financeirização da economia, o que resulta na apropriação do excedente econômico pelos setores financeiros dominantes. Nesse sentido, o panorama do país, considerando-se, inicialmente, o governo Lula e, na sequência, sua sucessora, está longe do que os intelectuais petistas têm defendido.

Isso significa que, ao menos do ponto de vista estritamente econômico, não há como sustentar a tese de que o país estaria experimentando um pós-neoliberalismo e/ou novo desenvolvimentismo (SITCOVSKY, 2013, p.126).

Diante dessa premissa, salientamos que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre (2003-2006), abrangeu iniciativas simultâneas, apesar de serem ambivalentes em seus significados. Como afirmam Marques e Mendes (2007) que

[...] se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional (garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde) e do *agribusiness*, por outro, implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas. E na compreensão corrente de seus críticos, à esquerda de suas posições, essa possibilidade não seria possível, pois haveria uma total oposição entre essas duas “orientações”: os programas e as iniciativas do governo são vistos, no máximo, como meramente assistenciais, passíveis de críticas de toda ordem (MARQUES; MENDES, p. 16, 2007).

Isto caracteriza em nosso entendimento o caráter contraditório do governo Lula. Pois, ao mesmo tempo em que buscou favorecer os trâmites do capital, tentou consolidar respostas à população em condições de pobreza ou aos excluídos da sociedade brasileira.

Desta forma, compreendemos que os programas do governo Lula se consolidam através das políticas sociais, porém, de maneira compensatória, excludente e seletiva. Diante desse contexto, partilha com Sitcovsky (2013) no que se refere à noção do enfrentamento da miséria e da pobreza presentes na realidade brasileira-cujo fenômeno sociais, à medida que se tornaram determinantes para o cenário eleitoral em 2002, do candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, ao se tornar Presidente, buscou maneiras para enfrentar esses entraves da sociedade brasileira. No ano de 2003, em relação à Seguridade Social promoveu um projeto de contrarreforma da Previdência Social, que por sua vez, tinha a proposta de não considerar a distinção entre os trabalhadores do setor privado e dos servidores públicos. Visto que,

[...] a equipe que se preparava para assumir a nação partia do pressuposto da existência de um déficit previdenciário; defendia a não distinção entre trabalhadores do setor privado e funcionários públicos; propunha a construção de um sistema único para trabalhadores do setor privado; sustentava a introdução de teto para a aposentadoria dos servidores; e considerava os fundos de pensão instrumentos para o desenvolvimento de longo prazo. Não havia, portanto, motivos para a surpresa, pois não se pode dizer, com propriedade, que Lula alterou seu programa (MARQUES; MENDES, p. 17 2007).

Assim, “[...] a contrarreforma previdenciária do governo Lula constitui mais um passo no longo processo de destruição do Estado desenvolvimentista que vimos acontecer desde o governo Collor de forma explícita” (MARQUES; MENDES, p. 18, 2007).

Neste cenário, verifica-se que a contrarreforma se realiza pela redução dos direitos sociais no âmbito da Seguridade Social, pois apresenta incerteza de avanço na renda daqueles trabalhadores que contribuem para a Previdência Social no Brasil.

Além disso, Marques e Mendes (2007) declaram que acerca do âmbito do SUS, os recursos públicos perpassaram por novas discussões conflitantes no comando do Presidente Lula. Pois, existiu uma proposta da Emenda constitucional – EC (29) para a alocação de 7% do orçamento público a serem aplicados em serviços de saúde nos municípios. De fato, isto não se efetivou, uma vez que, evidencia-se uma flexibilização dos recursos públicos, sendo uma estratégia do governo Lula para o crescimento econômico em nosso país.

Segundo Marques e Mendes (2007),

Uma segunda investida do governo Lula contra a saúde manifestou-se no descumprimento da Proposta Orçamentária 2004 do MS. Em 31 de julho de 2003, a Saúde foi surpreendida com o veto presidencial ao parágrafo 2, do artigo 59 da Lei das Diretrizes Orçamentária (LDO) 2004. Por meio deste ato, seriam consideradas como ações e serviços públicos de saúde as despesas realizadas com Encargos Previdenciários da União (EPU) e como serviço da dívida, bem como a dotação dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (MARQUES; MENDES, p. 19, 2007).

Contudo, este veto foi suspenso devido ao resultado da Ação da Procuradoria Geral da União, que conseguiu reintroduzir a proposta da EC 29. Conforme Marques e Mendes (2007),

A negociação realizada para a superação do impasse entre a institucionalização do SUS e a austeridade fiscal preconizada pela equipe econômica resultou, finalmente, na reintrodução do conteúdo do parágrafo 2 do artigo 59 da LDO 2004 na Lei nº 10.777 de 25 de novembro de 2003. Dessa forma ficou assegurado que os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida e a parcela das despesas do Ministério financiada com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza não seriam considerados como ações e serviços públicos de saúde (MARQUES; MENDES, p. 19, 2007).

Neste momento, entraremos na discussão acerca dos programas de transferência de renda no Brasil. Em que, foram instituídos a partir do momento que aconteceram os acordos feitos entre o Brasil e as entidades que exigiram estratégias de enfrentamento à pobreza. “O Banco Mundial e o FMI passam a exigir como parte dos empresários aos governos latino-

americanos a adoção de uma agenda de luta contra a pobreza, e uma das estratégias é a adoção de programas de renda mínima” (STAIN³, 2008, *apud* SITCOVSKY, 2013, p.129).

Mas, ressaltamos que apesar da existência desses acordos, que não serviram apenas como tentativa de sanar a dívida externa do país, como também para que o Estado pudesse conceder respostas às problemáticas das desigualdades sociais no país, de fato, não foi o que realmente aconteceu. Visto que o Estado ao adotar o ajuste neoliberal proporcionou a redução dos gastos públicos, dos quais deveriam ser alocados não somente para os serviços de saúde, como exposto no debate anterior e da pobreza, mas também, entre outras áreas como, por exemplo, na educação do país. Sendo assim, verifica-se que o governo se preocupou consideravelmente em favorecer o superávit primário no país.

Por outro lado, seguiu-se o esforço para o enfrentamento da pobreza em nosso país, que por sua vez, perpassa especificamente sobre o enfoque dos programas de transferência de renda, adentrando nos governos petistas durante anos em nosso país.

Neste debate, “[...] os programas de transferência de renda condicionada consistem em transferir recursos para famílias pobres que devem se comprometer a cumprir metas referentes à educação, à saúde e à nutrição” (SITCOVSKY, 2013, p. 123).

O governo Lula visou criar mecanismos mediante a regulação do Estado para conceder respostas à população que se encontrava em condições precárias em nosso país. Dessa forma,

[...] criou o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome e reinstalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); ainda em 2003, lançou o novo programa, o Fome Zero e, nele, um novo programa de transferência de renda: o Cartão Alimentação. Contudo em outubro do mesmo ano, a política de transferência de renda do governo foi alterada com a criação do Programa de Transferência Direta de Renda com Condicionalidades – o Programa Bolsa Família – que sinalizou, na época, que as transferências de renda desempenhariam um importante papel na área social do governo Lula (SITCOVSKY, 2013, p.129).

Como também, Marques e Mendes (2007) declaram

Segundo o próprio governo o carro-chefe de sua política social é o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias situadas abaixo da linha de pobreza. Esse programa, ainda no dizer oficial, foi criado para combater a miséria e a exclusão social e para promover a emancipação das famílias mais pobres. Essa iniciativa, fruto da unificação de diversos programas pré-existentes, tais como o

³STEIN, R. H. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. *In*: BOSCHETTI, I et AL. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás (cada um deles sob a tutela de um Ministério diferente na gestão FHC), foi mais além do que suas simples unificação e centralização sob um mesmo Ministério, o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (MARQUES; MENDES, p. 20, 2007).

Neste contexto, consiste a expansão da política da Assistência Social no âmbito da Seguridade Social no Brasil, uma vez que, compreendemos que se apresenta como uma tendência do redirecionamento do papel do Estado mediante ao desmonte dos direitos sociais em nosso país. Pois, com as ações no campo da Previdência Social e da Saúde, sendo políticas públicas, observa-se uma mercantilização desses direitos, atrelado ao cunho neoliberal presente desde a década de 90 no Brasil (SITCOVSKY, 2013).

Identificamos que os governos petistas tiveram a pretensão desde o governo Lula até o da sua percussora Dilma, de perpetuar a elevação de renda dos cidadãos brasileiros pobres por intermédio dos benefícios sociais, sendo o BPC e o PBF, tendo o objetivo de promover um crescimento econômico e uma diminuição da desigualdade social em nosso país. Entretanto, (SITCOVSKY, 2013, p.134) diz que “[...] tais programas não possibilitam mudanças na dinâmica de produção e distribuição da riqueza social do país, o que nos força a afirmar que as variações nos índices de desigualdade e/ou pobreza no Brasil são artificiais.”

Para Marques e Mendes (2007) o PBF abrange diversos problemas, desde o cumprimento de suas condicionantes até a ótica de ser um direito para os cidadãos brasileiros que se encontram em situação de extrema pobreza no país. Desse modo, esses autores utilizam Yazbek (2004) na tentativa de justificar este embate que se faz presente no governo Lula.

Essa disputa apresenta um grande risco: que o Programa permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres, não se realizando como direito social (e assim não se politizando). É evidente que uma “cruzada solidária” contra a fome tem grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo), mas é também mais do que conhecida a necessidade de enfrentar, no âmbito estrutural das relações sociais, as causas da fome e da pobreza (YAZBEK⁴, 2004, *apud* MARQUES; MENDES, 2007, p. 112).

O governo utilizou o PBF para o enfrentamento da pobreza no país, mas não se configura como um direito, pois sua continuidade fica a mercê de outra candidatura de governo, por não está inscrito na Constituição.

⁴ YAZBEK, M. C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

Além disso, Marques e Mendes (2007) trazem também a questão do salário mínimo e a renda da ocupação durante o governo Lula. Nesta discussão, identifica-se que ocorre um aumento do salário mínimo, porém, quem se beneficiou foram os trabalhadores que estavam inseridos em condições precárias de trabalho, ou seja, aqueles que possuíam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Enquanto, os trabalhadores que detinham um trabalho formal, com carteira assinada contemplaram a insuficiência no rendimento dos seus salários.

Nesta perspectiva, em 2005, a renda de ocupação no Brasil apresentou um simples aumento de 2% em relação ao ano de 2004. Por isso, especialistas afirmam que este fato não alterou a renda dos trabalhadores assalariados em nosso país. No entanto, o desemprego diminuiu, uma vez que a informalidade e a flexibilização se tornaram cada vez mais relevantes para a inserção no mercado de trabalho.

Neste pressuposto, observa-se que os primeiros anos do mandato do Presidente Lula “[...] caracterizaram-se, portanto, pela redução do rendimento médio real habitual dos ocupados. Ao mesmo tempo, continuou o processo, em governos anteriores já observado, de concentração dos ocupados nas faixas de renda mais baixas” (MARQUES; MENDES, p. 21, 2007).

Para Sitcovsky (2013) em relação a este debate revela sua crítica aos intelectuais petistas que,

[...] ao apresentarem a tese do pós-neoliberalismo, do neodesenvolvimentismo, argumentando a existência de um ciclo virtuoso de crescimento, corroborado pela propaganda oficial do governo Dilma, criam uma visão mistificadora da realidade, encobrendo a reprimarização, a desindustrialização e o aprofundamento da financeirização. Da mesma forma, ao atestar a superação da extrema pobreza via Bolsa Família, reduzindo o fenômeno social da pobreza a uma questão de renda, acabam por reitificá-la (SITCOVSKY, 2013, p.135).

Dessa forma, ao analisar a possibilidade do pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo a partir dos anos 2000 no Brasil, Sitcovsky (2013) relata que os intelectuais Sader e Pochman (2013) declaram que os governos petistas afirmam a existência dessas ideologias. Mas, o autor não concorda com deles, pois afirma ser uma visão mistificada da realidade, ou seja, ao nosso entender parece ser uma utopia da realidade brasileira. Pois, com a ausência de investimentos nas indústrias e a financeirização presente no planejamento do governo Dilma, estas ideologias não se tornaram possíveis em nosso país.

Por fim, compreendemos que o governo Lula em seu primeiro mandato não alterou significativamente os elevados índices de desigualdade sociais no Brasil, bem como favoreceu a permanência do trabalho informal no país. Reiterando à lógica do enfrentamento da pobreza

pelo viés da proposta dos programas de transferência de renda, mas precisamente o Programa Bolsa Família -PBF.

Sem dúvida, com o avanço da política neoliberal no Brasil que aponta para o retrocesso dos direitos sociais, nota-se um rebatimento direto na Assistência Social, pois, houve no governo de Presidente Fernando Henrique Cardoso a extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Sendo assim, desencadeou a refilantropização da Assistência Social em nosso país, à medida que a solidariedade se instituiu como viés para os atendimentos das demandas dos desprotegidos por esta política pública.

Assim, percebemos que esta discussão sobre as transformações do mundo do trabalho trouxeram rebatimentos na trajetória da Política de Assistência Social. Com essa perspectiva iremos apresentar no próximo capítulo alguns dos mecanismos utilizados pela esfera pública nesse âmbito.

2 TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM EMBATE PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Assistência Social: mecanismo de regulação estatal

A discussão principal deste capítulo se estabelece sobre a relação da Assistência Social, trabalho, qualificação profissional e a ação interventiva do Estado no Brasil. Neste contexto, acontece a mediação do processo de reprodução da força de trabalho inserida no complexo modo de produção capitalista, onde o Estado utiliza desta política pública no enfrentamento das expressões da questão social.

De acordo com Costa e Souza (2010) a busca pela política da Assistência Social se ampliou devido ao desemprego alarmante na sociedade. No âmbito da Seguridade Social é instituída como política pública, devendo efetivar suas ações na direção do público alvo, que abrange segmentos específicos da sociedade brasileira. Sendo eles, “inaptos ao mercado de trabalho, os temporariamente sem emprego, ou que estão inseridos em atividades precárias, sem os direitos previstos pela legislação trabalhista” (COSTA; SOUZA, 2010, p.2).

Por isso, o Estado designou os programas de transferência de renda, que acabaram sendo direcionados para os trabalhadores que se encontram em condições precárias de trabalho, possibilitando o atendimento de suas necessidades sociais como, por exemplo, alimentação e moradia.

Para Costa e Souza (2010) apesar do Programa Bolsa Família instituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS revelar o discurso de enfrentamento à pobreza extrema no Brasil, visando trazer possibilidades para aumentar o

acesso ao consumo de bens materiais, isto não demonstra significativamente uma melhor condição de vida e nem de trabalho para a população que se encontra em condições precárias. Pois, possibilita apenas a garantia de uma renda mínima para a sobrevivência dos sujeitos sociais que estão em situação de extrema pobreza no país.

Nesta perspectiva, Sitcovsky (2010) faz sua análise referente à Política de Assistência Social, declarando que suas ações se ampliaram através dos programas de transferência de renda, sendo o Programa Bolsa Família - PBF⁵ e o Benefício de Prestação Continuada - BPC⁶, os principais programas deste tipo.

Diante disso, é de extrema relevância considerar a lógica capitalista, uma vez que ao eliminar os postos de trabalho direciona a responsabilidade tanto para os programas de transferência de renda quanto para a qualificação profissional, dos quais se consolidam por intermédio da Assistência Social (COSTA e SOUZA, 2010).

Sendo assim, quem arca com a responsabilidade do direito ao trabalho é a Assistência Social por meio da qualificação profissional, conforme as demandas e necessidades do mercado de trabalho.

Neste cenário, não podemos nos esquecer das transformações que ocorreram no mundo do trabalho em decorrência da acumulação capitalista, somado ao advento das inovações tecnológicas inseridas nas complexas relações de produção, que trouxeram novas exigências que envolvem um novo perfil do trabalhador, buscando atender as novas necessidades do mercado de trabalho, “tais como: empreendedor, polivalente, criativo, com formação técnica geral e flexível aos interesses econômicos” (COSTA; SOUZA, 2010, p.3). Desse modo, consideramos que estas novas qualidades estão intrinsecamente associadas à ideia da garantia de um emprego, encobrindo o verdadeiro problema de ordem estrutural, pois coloca a culpa do desemprego de maneira individual.

⁵ O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza transferindo a cada mês uma quantia em dinheiro diretamente às famílias, que são acompanhadas nas áreas de saúde e educação, como a verificação mês a mês da frequência escolar de cada membro em idade escolar, com identificação de dificuldades de acesso à escola, assim como o acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças com menos de 7 anos, o pré-natal das gestantes e a orientação às mulheres em fase de amamentação. Disponível em: <<http://www.servicos.gov.br/busca?q=PROGRAMA+BOLSA+FAM%C3%8DIA>> Acesso em: 17 mai. 2017. O Programa Bolsa Família está previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

⁶ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem podem ser sustentados pela família. Para ter direito ao BPC, a renda mensal familiar deve ser menor que ¼ (um quarto) do salário mínimo por pessoa. Disponível em: <http://www.servicos.gov.br/servico/beneficio-de-prestacao-continuadabpc?pk_campaign=orgao> Acesso em: 17 mai. 2017.

A narrativa do Estado é que o trabalhador é o culpado de não se inserir no mercado de trabalho por não ter uma qualificação profissional, como se esta fosse a solução para tal problemática. Mas, isso é uma mentira, pois, na realidade a culpa é da dinâmica neoliberal, que propõem a redução dos postos de trabalho para resgatar a acumulação do capital. Então, o desemprego é algo estrutural, tudo acontece como uma resposta à crise do capital.

Como relatamos no capítulo anterior, a crise do capitalismo acarretou as diversas transformações para a sociedade, que afetou significativamente as condições e relações de trabalho, trazendo impactos sobre os aspectos da vida econômica, política e social da população desde a década de 70 até os dias atuais, se caracterizando de forma sistêmica, estrutural e universal.

Este cenário que proporcionou a reestruturação produtiva desencadeou modificações tanto na produção, quanto na circulação das mercadorias, possibilitando mudanças no mercado consumidor e nas relações sociais de produção através do controle do capital sobre o trabalho.

Segundo Costa e Souza (2010)

A partir de então, iniciou-se uma crise sistêmica, universal e estrutural, acarretando no bojo da “globalização”, além de uma crise de superprodução também uma crise financeira. Essa crise estrutural do capital impulsionou um processo de reestruturação produtiva, a fim de que resgatar os níveis de acumulação no seu ciclo reprodutivo, por meio de mudanças na produção, circulação e nas relações sociais com o advento de novas tecnologias, modificações nos mercados consumidores e novas relações de controle do capital sobre o trabalho (COSTA; SOUZA, 2010, p.4).

Na realidade brasileira, a lógica do sistema capitalista frente à reestruturação produtiva ocorreu, mas, precisamente nas décadas de 80 e 90, permitindo a existência das novas formas de organização nas indústrias, intrinsecamente associada às novas tecnologias da produção e à divisão social e sexual do trabalho.

Neste contexto, salientamos que a reestruturação produtiva teve como finalidade o aumento do lucro através da extração da mais-valia⁷, demonstrando que o capitalismo visa proporcionar o resgate da acumulação do capital através da exploração exacerbada da classe

⁷Netto (2012) declara que: “Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre as partes competentes da jornada de trabalho”(NETTO, 2012, p. 373).

trabalhadora, uma vez que, com os salários mais baixos e a intensificação na produção, quem sobressai é o capital.

De fato, a classe dominante que é a detentora dos meios de produção, cada vez mais utiliza desta exploração, a fim de aumentar a produção e obter mais lucros, revelando que essa problemática recai sobre a responsabilidade dos próprios trabalhadores, que ficam a mercê da subproletarização do trabalho.

Neste cenário, ocorre a desregulamentação das condições de trabalho através da regressão dos direitos sociais, pois, o trabalho que é um direito social passou apenas a se consolidar pelo viés de serviço. O que favoreceu o descumprimento das normas legais e vigentes das leis trabalhistas, e ampliou o setor de serviços. Sendo assim, trouxe como consequência a valorização do trabalho subcontratado, parcial, informal e terceirizado. Como afirma Costa e Souza (2010)

Essas mudanças vieram acompanhadas de precarização e desregulamentação do trabalho através da expansão de novos regimes de trabalho precário, aumento do setor de serviços, com as terceirizações, subcontratações, trabalho parcial e temporário (COSTA; SOUZA, 2010, p.5).

Todavia, como declaramos anteriormente, o advento das novas tecnologias, veio contribuir para destruição dos postos de trabalho, favorecendo o quadro alarmante de desemprego em nosso país. Essa situação atingiu o mundo do trabalho e permitiu diversos entraves no momento de se conseguir uma vaga de emprego no mercado de trabalho. “Assim, os trabalhadores são responsabilizados individualmente pelo estado de desemprego em que se encontram e chamados a encontrar soluções também individuais para se inserirem e se manterem empregados [...]”(COSTA; SOUZA, 2010, p. 6).

Desse modo, a substituição do trabalho vivo pelo morto trouxe para os próprios trabalhadores a obrigação de arrumar uma alternativa para uma vaga de emprego ou mesmo para a permanência no mercado de trabalho, através da qualificação profissional. Desse modo, isto favoreceu o atendimento da dinâmica do capital.

Toda essa problemática possibilitou a busca pelo papel do Estado devido ao acirramento da precarização das condições de trabalho e pela predominância do desemprego. Visto que existiu a necessidade de investimentos que pudessem atender as necessidades da classe trabalhadora.

Como sabemos o Estado tem a responsabilidade, no que se refere ao âmbito da Seguridade Social no Brasil de assegurar os direitos sociais através da efetivação das políticas públicas. Entretanto, segundo Costa e Souza (2010) atualmente isto não acontece, pois

evidenciamos que posteriormente as transformações no mundo do trabalho, que acarretaram mudanças significativas na reprodução da força de trabalho e conseqüentemente nas relações sociais de produção, atrelado ao aumento do contingente de trabalhadores informais e desempregados em nosso país, o que de fato ocorre é a intervenção mínima do Estado imposta pelo ideário neoliberal.

Sendo assim, isto atingiu significativamente a garantia dos direitos dos trabalhadores na sua totalidade, pois a política pública responsável para enfrentar esses impasses em nosso país realiza apenas o atendimento de segmentos específicos da sociedade, por isso, não abrange a todos os trabalhadores. Dessa forma, favorece o atendimento dos interesses do capital, deixando à margem da situação os próprios trabalhadores.

Neste contexto, visualizamos que a Seguridade Social que abrange a proteção social no Brasil sofreu um retrocesso no que tange a garantia dos direitos sociais anteriormente conquistados. O que evidencia a desresponsabilização por parte do Estado e a abrangência das péssimas condições de vida e de trabalho da população. “As transformações organizacionais, nas relações e condições de trabalho vêm sendo conduzida em conjunto com o ajuste neoliberal, o que implica na desregulamentação de direitos, corte nos gastos sociais, entre outros” (COSTA; SOUZA, 2010, p. 9).

Neste sentido, verifica-se que as ações para o enfrentamento das desigualdades sociais em nosso país se expressaram de maneira focalizada, compensatória, seletiva e fragmentada. Visto que se destina especificamente para a classe pauperizada, em decorrência da extrema pobreza. Por isso, “[...] gera a quebra na universalização e na gratuidade dos serviços prestados na Constituição” (COSTA; SOUZA, 2010, p.10). Uma vez que em nosso país ocorre a mercantilização das políticas sociais por intermédio da privatização dos serviços sociais, ou seja, as pessoas que são sujeitos de direitos optam por pagar ao setor privado, por exemplo, planos de saúde, para garantir melhores atendimentos e até mesmo planos privados de previdência, visando possuir o acesso a um serviço que não está sendo de fato consolidado pela política pública no país.

Neste aspecto, Mota (2010) partilha do mesmo pensamento, pois, relata que a Seguridade Social no Brasil instituída na Constituição Federal de 1988, se desfez em suas iniciativas de gratuidade e universalidade, no que diz respeito à proteção social. Pois, a partir do momento em que aderiu a agenda neoliberal, realizou o enfrentamento das expressões da Questão Social pela ótica do combate à pobreza, uma vez que, se efetua por intermédio dos programas de transferência de renda (MOTA, 2010).

Nesse sentido, compreendemos que a política pública responsável para intervir nesses impasses, se tornou um mecanismo de enfrentamento das expressões da questão social, a partir do momento em que teve assumir a demanda imposta pelo déficit do mercado de trabalho. Por isso, arca com as consequências de um viés puramente econômico, que não abrange a todos os cidadãos. Como destaca Costa e Souza (2010)

Vale observar que a conjuntura formada na década de 80 e 90, marcada pela crise econômica e política que atingiu as sociedades periféricas, expressa pelo desemprego, informalidade, desregulamentação social numa intensa precarização do trabalho, requereu do Estado um mecanismo que pudesse dar enfrentamento para tal realidade. E é neste momento que a Assistência Social passa auferir maior centralidade como um enfrentamento às desigualdades sociais exacerbadas neste período [...] (COSTA; SOUZA, 2010, p.11).

Segundo Costa e Souza (2010) esse mecanismo assistencial⁸ está intrinsicamente associado ao desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que aconteceu uma nova organização social do trabalho advinda das transformações no mundo do trabalho, que influenciou significativamente as condições de reprodução da classe trabalhadora. É a partir desse momento que a Assistência Social assume a intervenção desta problemática através de suas ações e seus serviços. Pois, é através dos programas de transferência de renda e pelas ações de qualificação profissional, que tem a pretensão de promover medidas contra o desemprego e medidas contra a extrema pobreza no Brasil.

Com isso, é possível afirmar que ocorreu um “fetiche” em torno da configuração das políticas sociais no Brasil, mas especificamente da política de Assistência Social, pois ao assumir a responsabilidade do enfrentamento das desigualdades sociais e dos problemas advindos dela sob a concessão dos benefícios dos programas de transferência de renda, como também pela ótica da possibilidade do direito ao trabalho ser por intermédio da qualificação profissional devido as exigências do novo perfil do trabalhador, só reitera à lógica capitalista pelo viés da acumulação do capital.

De acordo com Mota (2010) a política de Seguridade Social nos anos de 1990 e 2000 se estabeleceu através da centralidade na assistência social. Visto que o Estado pretendeu ampliar e transformar esta política como principal mecanismo de enfrentamento da desigualdade social no Brasil pelo viés não contributivo da política social brasileira. Nesta

⁸ É o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a quem tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista. (SPOSATI et al., 1998, p. 29)

perspectiva, a Política de Assistência Social passou a efetivar suas ações para o atendimento dos segmentos mais pobres da sociedade.

Mesmo diante desse debate, é primordial salientarmos que a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, sendo incluída no âmbito da Seguridade Social. De maneira que, se destina para quem dela necessitar, sem nenhuma contribuição, ou seja, para ter acesso a Assistência Social não é preciso contribuir.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, Constituição Federativa do, 2012, p.40-31).

Contudo, é no início da década de 1990 que aconteceu a expansão da assistência social no Brasil. Pois, a problemática advinda da reestruturação produtiva, da globalização, das inovações tecnológicas, somada a reforma do Estado favoreceu a busca pelo enfrentamento das desigualdades sociais, em razão da reprodução social da força de trabalho.

Neste debate, Sitcovsky (2010) revela que a intensa expansão da assistência social no Brasil ocorreu no auge das transformações econômicas, políticas e sociais, concomitantemente com o aspecto da contrarreforma do Estado, que atingiu a Seguridade Social brasileira, em razão de atender aos interesses da classe dominante para aumentar o capital no país.

Isto representou uma das maiores ofensivas, por parte da classe dominante, ao Estado brasileiro, inflexionando, assim, seu padrão de enfrentamento à “questão social” pela via da mercantilização dos serviços sociais, ancorada na necessidade de recompor a taxa de lucro (Sitcovsky, 2010, p.157).

Neste sentido, verifica-se que o Estado consolidou a Seguridade Social para a mediação dos conflitos das relações sociais, existentes da contradição capital x trabalho. “O processo histórico de desenvolvimento da Seguridade brasileira ampara a assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitima-se” (MOTA, 2010, p.135).

Portanto, a burguesia utiliza o instrumento da proteção social para promover ao seu modo respostas às controvérsias existentes no mundo do trabalho. Sendo assim,

[...] a tendência é ampliar as ações compensatórias ou de inserção, antes restritas àqueles impossibilitados de prover seu sustento e, ao mesmo tempo, impõe novas condicionalidades de acesso aos benefícios sociais e materiais nos casos de afastamento do trabalho por doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário, para não falar da perda do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões por velhice, morte, invalidez e tempo de contribuição/ idade (MOTA, 2010, p.137).

Neste cenário, identificamos a hegemonia da classe dominante ao buscar na Política de Assistência Social o enfrentamento do pauperismo no Brasil, pois, buscou como estratégia a inclusão dos segmentos dos excluídos da classe trabalhadora no Brasil.

A partir dessa discussão, Mota (2010) afirma:

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2010, p.141).

Assim, o Estado amplia as ações da Assistência Social como meio de intervir nas desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista. O que na verdade se desenvolve é um mecanismo de aparato estatal para “suavizar” o modo de se tratar a Questão Social no Brasil.

Ao absorver as demandas derivadas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias, como é o caso da Assistência Social, o Estado brasileiro define sua principal estratégia de enfrentamento da “questão social”. Nesses termos, a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social (MOTA, 2010, p.144).

Desta forma, compreendemos que a Política de Assistência integrante da Seguridade Social brasileira ao assumir a condição de mecanismo integrador, no lugar que deveria existir o direito ao trabalho, levanta um verdadeiro impasse para esta política social. De maneira que reforça sua condição de política estruturadora, quando designa a renda aos trabalhadores em situação precária de emprego ou para os desempregados o acesso aos bens de consumo na sociedade contemporânea. Nestas circunstâncias assume a centralidade na política social brasileira.

Nesse contexto, é relevante dizer que a assistência social tem na gênese da sua construção a solidariedade, a filantropia e as ações do terceiro setor. No entanto, quando se integrou ao tripé da Seguridade Social brasileira passou a se inserir no campo do direito. Por

isso, Sitcovsky (2010, p. 160) diz que é “neste contexto que a LOAS é aprovada e implementada”.

Assim, a Loas no capítulo I em seu primeiro artigo define:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 2012, p. 6).

Nessa discussão, Costa e Souza (2010) declara que um dos objetivos da política de Assistência Social através da Constituição Federal de 1988 juntamente com a LOAS é “[...] III - a promoção da integração ao mercado de trabalho [...]” (LOAS, 2012, p. 6). É neste momento que se originou a operacionalização desta política por intermédio da Política Nacional da Assistência Social (PNAS, 2004) e pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005).

Assim, verifica-se que a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social que ocorreu em dezembro de 2003, demonstrando o compromisso do MDS/SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em trazer a materialização das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93), que buscavam a construção e consolidação da participação de uma rede de ações e serviços, que pudessem abranger as outras políticas públicas de diferentes setores.

Por isso, nos dias 20 e 22 de setembro de 2004 aconteceu uma reunião Descentralizada e Ampliada entre o CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social e o MDS- Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome para discussão de uma construção da elaboração da PNAS- Política Nacional de Assistência Social para que tornasse nacional esta Política de Assistência Social. Com isso, o resultado desta reunião foi publicado pela Resolução nº 145, de 15 de outubro, mas só foi oficializada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004.

Para Sitcovsky (2010) a construção do Sistema Único de Assistência social – SUAS, se estabeleceu através da ampliação da rede socioassistencial e na regulação das parcerias. Com isso, a disciplina da gestão da Política de Assistência social é realizada pela NOB/SUAS dentro do território brasileiro, onde é constituído o caráter do (SUAS), sendo "um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira". (NOB/SUAS, 2005, p. 85).

A partir disso, o SUAS apresenta os seguintes termos gerais:

consolida o modo de gestão compartilhada, co-financiamento e cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não- contributiva de Seguridade Social no campo da assistência social;
 estabelece a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal) pra instalar, regular e manter e expandir as ações de Assistência Social como dever de Estado e direito do cidadão no território nacional;
 fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004;
 orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários;
 regula, em todo território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema-cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de Assistência Social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada de âmbito municipal, do Distrito Federal , estadual e federal (...) (NOB/SUAS, 2005, p.86).

Mas, ressaltamos que ao longo de sua trajetória, a assistência social obteve parcerias no momento de sua atuação. Neste sentido, Sitcovsky (2010) relata seu posicionamento acerca do enfrentamento da “questão social” no Brasil, atrelada a refilantropização desta política pública. Afirma que

No Brasil, o enfrentamento da “questão social”, somada à falta de fundos sociais é subsumido às proposições neoliberais que preconizam o “Estado Mínimo”, caracterizando o fenômeno da refilantropização da assistência, pois o governo transfere a responsabilidade de solucionar os impactos da política de ajuste exigida pelo FMI e o Banco Mundial para a sociedade civil (SITCOVSKY, 2010, p.162).

É neste momento que ocorreu a tendência da relação entre o Estado e a sociedade civil, pois trouxe impactos sobre a reprodução da força de trabalho no Brasil.

Na linha desse raciocínio Sitcovsky (2010, p. 164) afirma que

A Política Nacional de Assistência Social (2004) sugere o estabelecimento de uma relação entre Estado e sociedade civil como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Como foi exposto anteriormente, ganha notoriedade a idéia de construção de uma rede socioassistencial erguida sob a necessidade prática-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos (Sitcovsky, 2010, p.164).

É no bojo desse debate que se consolida a resposta das mazelas da sociedade. Pois, quando o Estado faz as parcerias com a sociedade civil, denominado como o “terceiro setor”, para realizar o enfrentamento das contradições sociais, só demonstra sua ausência de responsabilidade frente às expressões da “Questão Social”. Assim, entendemos que o terceiro

setor é um co-participante no processo de efetivação e prestação dos serviços socioassistenciais em nosso país.

Observa-se que estas parcerias também se tornaram como estratégias da classe dominante, em querer afirmar sua hegemonia frente à agudização das expressões da questão social, uma vez que, visou encerrar com as reivindicações das classes trabalhadoras em nosso país, tendo como principal argumento o fim do antagonismo entre as classes sociais pelo viés do consenso das classes subalternizadas. Desse modo, com a criação da instrumentalização da sociedade civil frente à execução dos serviços sociais, permitiria apaziguar as contradições inerentes da conflituosa relação entre a burguesia e o proletariado. Afirma o autor que

A função das parcerias responde pela necessidade de encobrir o deslocamento de atendimento às requisições da classe trabalhadora para a esfera do mercado e da sociedade civil. Assim como têm a função de gerar uma aceitação da população, através da construção de consensos que possibilitem o rearranjo das esferas da população e reprodução social de um capitalismo em crise (SITCOVSKY, 2010, p.177).

Portanto, reiteramos que esse deslocamento do atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora para as parcerias do Estado com o terceiro setor é utilizado como estratégia de resposta para a crise fiscal que o país vinha passando mediante o capitalismo contemporâneo, visando atender de fato a recomposição do capital, na tentativa de se ampliar o lucro do mercado financeiro.

2.2 Inclusão produtiva: uma mediação da assistência social via qualificação profissional

A discussão da integração dos usuários ao mercado de trabalho se relaciona com a Assistência Social enquanto Política Pública na complexa contradição do capital x trabalho, pois esta afeta significativamente a reprodução da força de trabalho. Neste aspecto, realiza a mediação no momento em que assume os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, buscando a inserção destes cada vez que, efetiva suas ações contra o desemprego por meio da qualificação profissional.

Em 2007 surge o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que foi desenvolvido pelo governo Lula, visando retomar as grandes obras urbanas no Brasil. Isto vem requerer a preparação da força de trabalho, mas pretende qualificar de forma mínima os trabalhadores. O PAC abrange diversas medidas com a intenção de aumentar os investimentos públicos e privados em infra-estrutura e destruir os obstáculos que impediriam o crescimento

econômico no país. Tinha a perspectiva de possibilitar a elevação de emprego e melhorar a condição de vida da população (COSTA e SOUZA, 2010).

Nesse momento, observa-se o aumento na demanda pela de mão de obra qualificada devido aos investimentos em infra-estrutura em nosso país. Por isso, é importante ressaltar que a qualificação profissional surgiu como uma política que pretendia dar solução ao problema do desemprego.

Segundo Costa e Souza (2010):

É no bojo deste projeto, em que a qualificação profissional aparece como uma política que irá solucionar o problema do desemprego que as ações da assistência social, especificamente as relacionadas aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, passam também a assumir a qualificação como propulsora da inclusão produtiva de seus beneficiários (COSTA; SOUZA, 2010, p.12).

Diante disso, a Assistência Social se insere neste assunto, buscando “emancipar” politicamente seus usuários que podem desempenhar atividades laborativas. Tem a pretensão que estes deixem a dependência dos benefícios assistenciais para conseguirem obter outra maneira de adquirir renda. Desta forma, passa a investir em iniciativas que disponibilizam ações de qualificação profissional, buscando proporcionar outras formas de geração de renda para seus usuários.

As ações da Assistência Social são previstas para capacitação e visam também promover a inserção produtiva de seus usuários. São compostas pela Política Social Básica, que disponibiliza sua operacionalização através dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS desenvolve os serviços socioassistenciais da proteção social básica do SUAS através da oferta planejada e do conhecimento do território, e das famílias que nele residem. Dessa forma, torna-se a unidade de acesso dos direitos da cidadania.

Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico compatível (BRASIL, 2009, p. 9).

Para efetivar suas ações o CRAS assume os dois eixos que fazem parte da estrutura do SUAS, sendo eles: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. O primeiro eixo tem como centralidade a família, pois é o principal núcleo da atuação das ações e dos serviços da política de Assistência Social.

É de extrema importância o conhecimento das necessidades dos diferentes membros de cada família referenciada nos CRAS, pois os serviços são desenvolvidos e direcionados de acordo com a especificidade das demandas.

Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (BRASIL, 2009, p. 12).

Assim, entendemos que este processo de atendimento do âmbito familiar se torna um grande desafio para a política de Assistência Social. Visto que o fortalecimento de vínculos, a defesa e a promoção do direito à convivência familiar são elementos fundamentais para a efetivação dessa política pública.

O eixo da territorialização se define pela centralidade no território, abrange os fatores que expressam a compreensão das situações de vulnerabilidades e riscos sociais, na perspectiva de enfrentamento das realidades dos sujeitos que vivem nele. Este eixo se concretiza somente pelo fundamento da descentralização da política de Assistência Social, tendo como resultado a oferta dos serviços nas localidades mais próximas dos seus usuários.

Sendo assim, o CRAS ao eleger a territorialização para realização do SUAS, efetiva a presença do Estado no determinado território. Isto significa uma melhor cobertura do acesso aos direitos socioassistenciais, que de certa forma contribui para o fortalecimento da cidadania dos seus usuários (Brasil, 2009).

Nos CRAS os serviços da proteção Social Básica-PSB oferecem a possibilidade do enfrentamento da pobreza, do protagonismo das famílias referenciadas, da socialização dos seus usuários, do fortalecimento de vínculos, bem como estratégias de promoção da integração ao mercado de trabalho. “Dentre esses serviços estão o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); o Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza [...]” (COSTA; SOUZA, 2010, p.13).

A Proteção Social Básica disponibiliza a inclusão produtiva no nível municipal através das ações declaradas pelo Plano Municipal de Assistência Social, que foi elaborado pelas Diretorias da extinta Secretaria Municipal de Família e Assistência Social do município

de Campos dos Goytacazes, tem o período para sua execução prevista nos anos de 2014 a 2017. A operacionalização das ações se destina ao CRAS, que é o equipamento responsável pela inserção no Programa de Inclusão produtiva e Economia Solidária em todo município, que será aprofundado e retratado no próximo capítulo em nosso recorte.

Assim, o Programa de Inclusão produtiva e Economia Solidária visa em duas de suas ações:

Capacitar os usuários por meio de cursos e oficinas nas áreas de alimentação, artesanato e beleza;
Fomentar iniciativas tradicionais e inovadoras como alternativa de geração de trabalho para o sustento e /ou complementação de renda familiar [...](SMFAS, 2014, p. 248).

Desse modo, a Assistência Social oferta a qualificação profissional para os usuários referenciados nos CRAS do município de Campos dos Goytacazes, onde por intermédio do Serviço Social são realizados os encaminhamentos necessários para quem desejar participar do referido programa.

No debate sobre a inclusão no mercado de trabalho concordamos com Costa e Souza (2010) ao buscarem abordar os conceitos de capital humano, competências, empregabilidade e o de qualificação profissional, pois nos levam a possíveis reflexões acerca de cada um deles. As autoras relatam que existe uma discussão errônea em relação à preparação da força de trabalho, no que tange a inserção no mercado de trabalho em nosso país. Visto que são criadas iniciativas de cunho ideológico e disciplinar para os trabalhadores.

Neste contexto, Costa e Souza (2010) enfatizam que o capital humano é aquele que reduz a educação pelo viés puramente econômico, pois busca preparar a força de trabalho somente com a intenção de integração no mercado de trabalho.

No que diz respeito aos conceitos de competência e empregabilidade, revela que o trabalhador não deve ter apenas a capacidade para obter um emprego, como também, garantir uma forma de se manter nele. Isto aponta para a ideia de que os trabalhadores que estiverem melhor qualificação poderão aumentar suas possibilidades de almejar e permanecer num emprego.

Conforme Costa e Souza (2010)

A empregabilidade se constitui, pois, num conceito ideológico, que desconsidera os fatores sociais, políticos e econômicos determinantes do desemprego, contribuindo para retirar do Estado e do capital a responsabilidade de garantir condições mínimas para a reprodução dos trabalhadores, colocando sobre estes a responsabilidade de estabelecer estratégias que garantam sua inserção no mercado de trabalho (COSTA; SOUZA, 2010, p.15).

Compreendemos que a perspectiva que culpabiliza os sujeitos apenas por sua miséria, não considera o conjunto dos fatores que determina o desemprego. Assim, a culpa passa a ser individual ao invés de estrutural, onde os próprios trabalhadores passam a ter a responsabilidade de buscar estratégias para sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, concordamos com Costa e Souza (2010) em relação ao discurso que a política de Assistência Social revela a partir do momento em que assume a qualificação profissional como estratégia para enfrentar o transtorno do desemprego no Brasil, associando esta problemática a ideologia da empregabilidade, bem como das competências profissionais.

O governo recorre às ações da qualificação profissional para conceder resposta ao desemprego, visando utilizar a mão de obra e a formação para os beneficiários do PBF, como proposta para sua intervenção, na tentativa de viabilizar um desenvolvimento social no Brasil. Com isso, utiliza a assistência social com a perspectiva da implementação de um protagonismo profissional e da autonomia na garantia dos direitos, tentando atenuar as condições de pobreza e riscos sociais no país.

Enfim, isto nos revela que a política de Assistência Social incorporou o pressuposto da ausência da qualificação profissional e sua relação com a não inserção ao mercado de trabalho, como sendo responsabilidade do trabalhador. Desta forma, desconstrói todo cenário da lógica do sistema capitalista contemporâneo, que está intrinsecamente ligado aos aspectos da transformação do mundo do trabalho, encobrendo o contexto de crise e precarização das atuações dos trabalhadores brasileiros.

2.3 Trabalho feminino: uma discussão no âmbito da Assistência Social

A proposta é considerar os rebatimentos que as transformações do mundo do trabalho trouxeram para a força de trabalho feminina no Brasil, possibilitando uma discussão sobre a exploração exacerbada das mulheres no universo produtivo.

Em análise realizada por Nogueira (2008), que parte desde os anos de 1900 no Brasil, o setor produtivo frente às atividades econômicas se revelou através do predomínio das atividades laborativas vinculadas à agricultura e aos serviços domésticos, caracterizando os espaços ocupacionais onde as mulheres exerciam o seu trabalho. Como também, ocupavam os postos de trabalho nas indústrias têxteis, realizando serviços de costura.

O trabalho feminino se tornou mais perceptível na sociedade capitalista, onde a mulher surgiu como contingente da classe trabalhadora. Dessa forma, o contingente feminino⁹ aumentou, porém, sobre as formas de trabalho precário, na intensa produção de bens e serviços na sociedade contemporânea.

A tendência da elevação da industrialização no Brasil favoreceu a acumulação do capital ao proporcionar a redução dos postos do trabalho devido aos custos com a produção. Neste cenário ocorreu a inversão do trabalho masculino pelo feminino, acarretando um rebatimento sobre a força de trabalho feminina devido à diminuição dos salários ofertados as mulheres (NOGUEIRA, 2008).

Dessa forma, compreendemos que ao mesmo tempo em que, se aumentou a inserção do trabalho feminino no modo de produção capitalista, houve a elevação da exploração das mulheres como força de trabalho feminino no Brasil, favorecendo obviamente o acúmulo do capital. Como destaca Nogueira (2008)

No contexto das primeiras etapas do processo de industrialização no Brasil, dada a necessidade de redução dos custos de produção pelo capitalismo, a substituição da força de trabalho masculina pela feminina foi realizada com muitos benefícios para o capital, especialmente pela baixa remuneração oferecida à mulher. Não foi por acaso que a industrialização se desenvolveu no Brasil utilizando-se prioritariamente do trabalho feminino (infantil) (NOGUEIRA, 2008, p. 53).

⁹Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços (ANTUNES, 1995, p. 53).

Mas, vale à pena ressaltar que “[...] no início dos anos 1930, com Getúlio Vargas, o desenvolvimento industrial veio acentuar ainda mais o declínio do número em (porcentagem) das trabalhadoras no setor industrial” (NOGUEIRA, 2008, p. 54).

Sob esse debate, Duque-Arrazola (2010) declara que o advento da crise do capitalismo contemporâneo acarretou profundas mudanças na organização da produção e do trabalho, proporcionando através das inovações tecnológicas e da flexibilização, diversas alterações nas relações de trabalho. “Particularmente para as mulheres, predominam os contratos de trabalho temporários, terceirizados e informais, sem garantias de direitos trabalhistas e sociais” (Duque-Arrazola, 2010, p. 230).

Dessa forma, a autora nos chama a atenção para o fato da inserção do trabalho feminino no decorrer dos anos 70 em nosso país. Destacando que durante o período de Ditadura Militar ocorreu um crescimento industrial, que possibilitou a elevação do emprego das mulheres no setor informal da economia, trazendo para o contingente feminino as péssimas condições de trabalho. Conforme declara (Duque-Arrazola, 2010, p. 232), “[...] este processo atinge especialmente as mulheres mediante a terceirização, subcontratação e formas flexibilizadas de trabalho que empregam predominantemente mulheres, provocando o crescimento da taxa de atividade destas”.

Por outro analista:

No interior dessas condições laborais de instabilidade, precariedade e flexibilização do trabalho, surge, para Hirata (1997) uma nova figura salarial feminina, oposta à figura da profissional qualificada, a figura salarial feminina, porém de crise, identificada com a instabilidade. Trata-se da trabalhadora em tempo parcial, de emprego precário, informal e cuja subjetividade revela uma “vontade de permanecer, numa atividade remunerada, a despeito da penúria geral do emprego” (Hirata, 1997, p. 19), dado o peso de suas responsabilidades sociais de gênero com a reprodução social da família e como provedora do bem-estar desta (HIRATA¹⁰, 1997 *apud* DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 233).

Neste contexto, as transformações do mundo do trabalho também proporcionaram uma invisibilidade para o trabalho feminino. Como afirma Duque-Arrazola (2010)

O trabalho das mulheres (urbana e rural) na produção, seja para o mercado, para pequenas trocas ou para o autoconsumo familiar ou consumo não-mercantil, tem sido marcado pela invisibilidade e o não-reconhecimento do mesmo como trabalho, além de ser considerado socialmente como atividade complementar e de ajuda ao marido [...] (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 234).

¹⁰ HIRATA, Helena. Globalización, trabajo y tecnologías: una perspectiva de género. Encuentro Internacional mulher e saúde, 8. ed. Rio de Janeiro, 16 a 20 de março, 1997.

Dessa forma, compreendemos que o trabalho feminino sofreu consequências terríveis mediante o processo de recomposição do capital. Uma vez que, a reprodução social da família e o trabalho doméstico foram considerados irrelevantes para este processo, por serem tidos como gratuitos para o capital (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

Nesse sentido, a mulher ao exercer sua condição natural de mãe, dona de casa e esposa é vista apenas como uma integrante do exército industrial de reserva. Haja vista a disponibilidade de manter os cuidados com os filhos e com a família, uma parte obrigatória e um dever que tem que ser exercido por elas.

Todavia, com o passar dos anos houve uma tendência de se reverter esse quadro de declínio nos postos de trabalho feminino. Visto que na década de 80 aconteceu um fenômeno denominado de *feminização do mundo do trabalho*, caracterizado por uma evolução da taxa da população feminina economicamente ativa¹¹ no Brasil.

Segundo Nogueira (2008)

Essa tendência de feminização no mundo do trabalho também se efetivou em muitos segmentos do universo operário industrial. Nas indústrias têxteis (fio/ tecido, vestuário) e de calçados, que ainda permanecem como os espaços fortemente femininos, cerca de 50% ou mais do contingente operário de cada uma dessas indústrias é composto por trabalhadoras (NOGUEIRA, 2008, p. 57).

Neste cenário, de acordo com Duque-Arrazola (2010) é perceptível o agravamento da pobreza nos países periféricos, dentre eles o Brasil, possibilitando o processo de pauperização, que a autora denomina de feminilização da pobreza. Sendo assim, atingiu de maneira mais acentuada as mulheres integrantes da classe trabalhadora ou da classe subalterna (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

De fato, ocorreu o retorno do trabalho feminino no processo produtivo, mas, permaneceu sobre a precariedade das condições de trabalho no Brasil, no que se refere à baixa remuneração, pois, “[...] se o valor pago para a força de trabalho feminina é, na maioria das vezes, muito menor do que o pago para a masculina, a precarização no mundo do trabalho está atingindo muito mais a mulher trabalhadora [...]” (NOGUEIRA, 2008, p. 60).

Outro ponto importante é o crescimento das atividades exercidas pelas mulheres no setor de serviços. Conforme Nogueira (2008)

11 **PEA – População Economicamente Ativa** é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/populacao-economicamente-ativa-pea.htm>>. Acesso em: 16. Mai. 2017.

[...] pode-se identificar que as áreas de maior incidência da força de trabalho feminina são realmente as que se concentram no setor de serviços. Entre elas destacam-se: os serviços domésticos (25,24% em 1997), de escritório (14,83% em 1997), judiciários, ensino e saúde (12,85%, em 1997) e o comércio varejista e atacadista (6,52% em 1997). Na área da indústria, os ataques são: confecção de vestuário (9,54% em 1997), setor têxtil (1,70% em 1997), e confecção de sapatos e acessórios (1,45% em 1997) (NOGUEIRA, 2008, p. 67).

Neste cenário, a transformação na organização social do trabalho acarretou consequências adversas para o contingente feminino. Visto que “[...] o desemprego assume proporções novas durante a última década, sendo as mulheres trabalhadoras as mais atingidas. É certo que as taxas de desemprego feminino e masculino eram similares em 1991, sendo levemente mais elevadas para as mulheres” (NOGUEIRA, 2008, p. 67).

Assim, identificamos que o trabalho feminino no Brasil, foi afetado sobremaneira pela flexibilização do mundo do trabalho. Onde as mulheres “[...] continuam campeãs da informalidade e precariedade e começam a ser, ainda atingidas pelo desemprego em vários setores do mundo do trabalho” (NOGUEIRA, 2008, p. 71).

Por isso, a reestruturação produtiva, em nosso entendimento é a responsável pela expansão precarizada do contingente feminino. Mas, é claro sob a forma da subproletização do trabalho, uma vez que, caracteriza a heteroginização, fragmentação, complexificação, intensificação e subcontratação da classe trabalhadora no Brasil.

Duque-Arrazola (2010), em análise a esta problemática, declara que se faz extremamente necessário a intervenção do Estado frente às políticas sociais. De maneira que, os gastos sociais devem ser direcionados para o atendimento das mulheres que desenvolvem ou não atividades laborativas, pois são as mais atingidas pelo processo de reestruturação produtiva no Brasil. Sendo assim, elas se tornaram em maior quantidade, as assistidas ou beneficiárias dos programas sociais, sobretudo pela Política de Assistência Social.

Sendo assim, os programas de transferência de renda ofertados pela Política de Assistência Social, se destinam à família. Tendo como sua representante a figura da mulher. Pois, ao considerar a centralidade na família sobre o aspecto da reprodução social, tem visto que a mulher é que tem o cuidado com os filhos e que tem a função de manter o bem-estar familiar.

Neste sentido, as mulheres têm sua identificação dentro da divisão sexual do trabalho, uma vez que seu cotidiano, é composto pelo trabalho doméstico e dos serviços com a família, passando a exercer uma responsabilidade na reprodução da sociedade de classes.

Com o decorrer da história, as atividades o processo reprodutivo desloca-se do âmbito doméstico para o espaço público e do mercado de trabalho. É neste momento que

ocorre o “processo de socialização” da reprodução. Em que, o Estado começou a ofertar seus serviços sociais e seus equipamentos coletivos, com a adesão das políticas sociais, para consolidar respostas as demandas e reivindicações da classe trabalhadora (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

A partir desse cenário, identificamos que o serviço anteriormente considerado como não mercantil passa a ser considerado como remunerado. Ora, verifica-se que houve uma nítida transferência do trabalho doméstico para o mercado de trabalho. Como destaca Duque-Arrazola (2010),

[...] as reivindicações e organização do movimento feminista internacional e nacional, contribuíram com o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, especialmente das casadas com filhos/filhas, em função da transformação das atividades domésticas não mercantis em serviços públicos ou serviços mercantilizados, onde as próprias mulheres passaram a ser trabalhadoras e profissionais remuneradas (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 241).

Além disso, com o advento da crise do capitalismo e com a redução dos gastos sociais por parte do Estado, os atendimentos das necessidades sociais da reprodução da força de trabalho, foram sendo realizados de maneira compartilhada com as Organizações Não-Governamentais (ONGS) em nosso país. De modo que, a família continuava sendo o centro da responsabilidade tanto no âmbito público quanto privado. Como aborda Duque-Arrazola (2010),

[...] seja através da ação do Estado, seja das Organizações Não Governamentais ou das empresas, é recorrente a centralidade na família nos programas de assistência social sob o argumento da participação, da formação de identidades ou mesmo, da condição de usuárias/os de benefícios sociais (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 234).

Em relação ao sujeito feminino nos programas de Assistência Social, especificamente nos de transferência de renda, temos visto como pura estratégia política e econômica do Estado nos anos de 1990 a inserção da mulher nesta política pública não-contributiva, uma vez que se consolida por intermédio da focalização e racionalização dos programas sociais.

Neste contexto, observa-se a figura salarial feminina da crise, que perpassa pelo processo de acumulação do capital, sendo atendida pelas políticas de cunho compensatório. Como relata Duque-Arrazola (2010)

[...] a nova figura (salarial) feminina de crise e integrante da superpopulação relativa do capital se faz presente como síntese desse processo. Seja por realizar atividades de trabalho precarizados ou com baixa remuneração seja por estar desempregada ou por ser a representante da família nos programas sociais. É exatamente a família,

representada por esta figura (salarial) feminina de crise que se constitui na “cliente”, “beneficiária” e “assistida” pelos “mínimos sociais” das políticas compensatórias (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 243).

Nesta discussão, é relevante salientar que o Estado mantém sua ação interventiva em prol das mulheres beneficiárias, participantes da garantia da reprodução do capital. Visto serem elas as que estão majoritariamente inseridas no contexto de pauperização extrema no Brasil.

Desta forma, o Estado redireciona sua ação reguladora e garante para mulheres pobres, sem emprego ou as que estão vivendo em um contexto de precarização do trabalho, condições mínimas de sobrevivência.

Neste sentido, a autora revela seus argumentos em torno das políticas sociais de assistência, como tendência de proteção social realizadas pelo Estado de forma residual e compensatória, destinadas as mulheres.

Assim,

[...] recaí sobre elas o ônus da intervenção desresponsabilizada do Estado com sua crescente retirada da prestação de serviços e de reprodução da força de trabalho. Medida restauracionista e passivissadora de enfrentamento às crises do Estado e do capital (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 251).

Isto demonstra que a desresponsabilização do Estado frente à reprodução da força de trabalho feminina no Brasil, se consolidou por intermédio da reestruturação produtiva e da perspectiva neoliberal na década de 90 em nosso país. Afetando, sobretudo as mulheres que são as beneficiárias dos programas de transferência de renda e participantes como sujeito feminino da Política Pública de Assistência Social. Visto que ao efetivar sua ação interventiva de maneira focalizada, restrita e seletiva, o Estado visa manter a mediação das problemáticas do mundo do trabalho para favorecer o acúmulo do capital.

Em relação à reinserção das mulheres que se encontram desempregadas, observa-se a complexa relação entre a Assistência Social e o trabalho, pois realiza sua mediação através de ações de qualificação profissional, visando uma autonomia e um protagonismo, como estratégias de superação das condições de pobreza e vulnerabilidade social que elas vivenciam no seu cotidiano.

No próximo capítulo faremos uma observação da realidade a partir de nosso recorte local, a fim de verificar os limites e possibilidades de integração à ordem, a possibilidade de emancipar politicamente os usuários dessa Política Pública, que neste momento é o mecanismo central de enfrentamento das expressões da questão social em nosso país.

3 PROTAGONISMO PROFISSIONAL: uma nova oportunidade para as mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/ Chatuba:

3.1 Serviço Social no CRAS/ Chatuba

Neste capítulo, o objetivo é compreender como procede à implementação da política de Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, a atuação do Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS localizado no bairro Chatuba, bem como entender as ações de qualificação profissional desta política para as mulheres acompanhadas pelo PAIF nesta instituição.

Para isso, iremos declarar rapidamente a história deste município, em seguida vamos explicitar a atuação do Serviço Social, como também um estudo de campo realizado neste CRAS e finalizaremos com uma pesquisa de campo que, se realizou através de entrevistas no CRAS/Chatuba e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social-SMDHS no setor do Programa de Inclusão Produtiva. Desta forma, vamos promover um debate, na tentativa de esclarecermos acerca da oferta e procura por qualificação profissional no âmbito da Assistência Social em nosso município.

O município de Campos dos Goytacazes posiciona-se ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, no delta do Rio Paraíba do Sul, apresentando uma área de 4026.696 Km² (MENDES, 2015). É composto por 487.187 habitantes de acordo com o último Censo demográfico de 2010. Em relação ao trabalho e rendimento, o Censo revela que cerca de 23,6% das pessoas que se encontravam ocupadas detinham 2,6 salários mínimos por mês, estima-se um número de 113.492 trabalhadores em situação de emprego formal neste período (IBGE,2010). É importante salientar que, sobre trabalho informal não encontramos dados que comprovem esse fato.

O município de acordo com Mendes (2015) surgiu na vila de São Salvador dos Campos atual (Centro Histórico da cidade). Tem no princípio de seu desenvolvimento a área rural passando para o espaço urbano no decorrer de sua história. Os primórdios de suas atividades econômicas acontecem nas chácaras, nas lavouras e nas plantações de cana-de-açúcar.

Vale ressaltar que, em 1985, a vila se tornava uma cidade devido à expansão do processo de modernização das províncias que, favorecia a distribuição e circulação de mercadorias entre a cidade e a Capital (Rio de Janeiro). Neste contexto, Mendes (2015) apresenta o espaço urbano e o papel do município ao desempenhar o escoamento das mercadorias, afirma que

No espaço urbano edificado a partir da Praça São Salvador, encontravam-se os principais edifícios como a Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia, o Paço Municipal e as ricas residências dos fazendeiros e de alguns comerciantes. Havia também vários portos para o escoamento das mercadorias, que acabavam por acarretar mau cheiro na região, além de proporcionar a circulação de carregadores e carroceiros. Situações essas que desagradavam alguns moradores dessa área.

É importante destacar que a Vila de São Salvador exercia grande influência na província do Rio de Janeiro, não apenas em função da sua riqueza e densidade demográfica, mas também pelo papel que desempenhava no processo de comercialização das mercadorias da região com a cidade do Rio de Janeiro e com Portugal (MENDES, 2015, p. 97).

Como podemos perceber, Mendes (2015) traz sua contribuição quando revela uma análise da cidade de Campos de Goytacazes, demonstrando que o seu desenvolvimento teve as usinas de cana-de-açúcar e de álcool, como percussoras do crescimento dos seus fatores econômicos.

Com o advento das leis trabalhistas (1943), os trabalhadores das usinas canavieiras passaram a receber salários mínimos, possibilitando uma alteração nas relações do trabalhador, do capital e do Estado. Mas, é neste cenário que ocorre um impasse relevante em nosso entendimento, que é a mão de obra desqualificada nos centro urbano do município. Como destaca Mendes (2015)

Portanto, a população que chegou à cidade era de trabalhadores detentores de mão de obra desqualificada. Grande parte passou a ser empregada pelas usinas e pelos fornecedores apenas no período de safra (aproximadamente quatro meses). Após, trabalhavam como biscateiros na construção civil e em serviços domésticos (MENDES, 2015, p. 97).

No final do século XX, na década de 1990, o advento da modernização afetou seriamente as usinas do município, que começaram a serem extintas e a diminuir sua produção, pois “muitas interromperam suas atividades, algumas foram incorporadas a outras usinas, e outras entraram em processo de falência, fechando aproximadamente 35.000 postos de trabalho” (MENDES, 2015, p.107).

Entretanto, ressaltamos que na década de 70 a descoberta dos poços de Petróleo na Bacia de Campos fez com que a região se tornasse a produtora de petróleo do país, trazendo impactos significativos para a economia local.

Neste contexto, a autora partilha com Cruz (2012), a afirmativa que apesar do município ser o detentor das rendas dos *royalties* do petróleo, não alterou consideravelmente o mercado de trabalho no município, ou seja, não houve um número expressivo de trabalho nesta área, mas somente ocorreram postos de trabalho nos setores municipais.

[...] Campos dos Goytacazes passou a integrar grupo formado por municípios que são contemplados com as rendas petrolíferas, mas que não se beneficiaram dos investimentos físicos diretos do Complexo, tendo, portanto, um mercado de trabalho pouco dinâmico, com a concentração dos postos de trabalho nas administrações públicas municipais. Para o autor, tal situação coloca para o município o desafio de fomentar atividades econômicas que sejam capazes de gerar outras fontes de arrecadação e com isso, não fiquem reféns de uma fonte que está sujeita a interrupções, declínio ou até mesmo desaparecimento, em função dos ciclos de exploração, produção e comercialização do petróleo e gás (CRUZ, 2012 *apud* MENDES, 2015, p.108).

Nesta discussão, Mendes (2015) revela que devido aos investimentos das empresas petrolíferas em nossa região, houve uma demanda por uma mão de obra qualificada que, favoreceu o crescimento do pólo educacional, com a gênese das Instituições públicas e privadas de ensino no nosso município, visando redirecionar a formação e a qualificação profissional da população.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar que os segmentos mais empobrecidos do município não contemplaram este momento, por motivo da baixa escolaridade, pois, não conseguiram adentrar para o mercado de trabalho, especificamente no setor petrolífero. Por isso, no município de Campos dos Goytacazes nos deparamos com a realidade desagradável das desigualdades sociais e regionais. Uma vez que, os desfavorecidos com o mercado de trabalho e com escolaridade inferior permanecem excluídos do direito ao trabalho. Porém, são amparados pela política de Assistência Social, no que se refere à concessão dos benefícios sociais dos programas de transferência de renda, a nível municipal e Federal.

Antes de relatarmos sobre o Serviço Social, é importante dizer que a Instituição do CRAS/Chatuba é uma unidade pública estatal vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, localiza-se na Rua Maçaranduba S/N – Residencial Osvaldo Gregório, no Município de Campos dos Goytacazes. Foi fundada em 2005, a partir dos critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social promulgada em 2004. Os Centros de Referência da Assistência Social devem estar localizados nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social, por isso a localização do CRAS no bairro da Chatuba. O objetivo da sua criação foi para que se pudesse atender sistematicamente as necessidades e demandas do território de sua abrangência.

O seu território possui quinze bairros ao seu redor, sendo estes: Capão, IPS, João Maria, Parque Maciel, Alphaville, Parque São Benedito, Parque São Lino, Parque Dr. Beda, Parque Rosário, Parque Aurora, Chatuba, Cantagalo, Carvão, Parque Rui Barbosa, Parque João Seixas.

Neste contexto, salientamos que o CRAS/Chatuba tem como principal trabalho o desenvolvimento dos Serviços de Proteção Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ambos com caráter preventivo, protetivo e proativo, de modo a assegurar direitos, ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências as famílias dos usuários.

O CRAS/ Chatuba é a porta de entrada para os serviços do SUAS na Política de Proteção Social Básica dentro deste território. Seguindo obviamente o que revela a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída a partir da Resolução nº 109, em novembro de 2009. Conforme

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 2009, p. 3).

Nesta Resolução se estabeleceu no “Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (...)” (BRASIL, 2009, p. 3). Diante disso, consideramos os Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. (BRASIL, 2009, p. 3)

Em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento integral à Família- PAIF destaque-se abaixo:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

O atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por

meio do estabelecimento de equipes volantes ou mediante a implantação de unidades de CRAS itinerantes.

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social (BRASIL, 2009, p. 6).

A partir deste contexto, ressaltamos que o Serviço Social surgiu no CRAS/Chatuba no mesmo ano de sua inauguração, atuando na área da Assistência Social, com objetivo de implementar serviços, conceder benefícios, programas e projetos assistenciais, na perspectiva da melhoria das condições de vida da população que se encontra em situação de pobreza, em virtude da precariedade das condições trabalhistas.

A equipe é formada por quatro Assistentes Sociais, sendo três estatutárias e uma contratada (RPA). Duas trabalham com o acompanhamento familiar das famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, uma na inclusão e acompanhamento familiar do Programa Renda Mínima, uma na coordenação e outra nos atendimentos de primeira vez dos sujeitos sociais que comparecem na instituição, como também na realização dos acompanhamentos pelo PAIF dos referenciados da instituição.

A intervenção profissional do Assistente Social no CRAS demanda de uma atuação frente à garantia dos direitos, estando ancorada dentro da perspectiva da competência profissional, demonstrando que se faz necessário ter um caráter técnico operativo que se possa abranger a totalidade da realidade social. “Os novos pressupostos norteadores da política de assistência social, implicam em uma nova gestão do trabalho, neste sentido ampliam o escopo da atuação do Serviço Social requisitando novas competências” (Monteiro, 2011, p. 3).

No CRAS o Serviço Social se desenvolve pelas profissionais através dos instrumentos destinados para a intervenção profissional. De forma a dar concretude e materialização às demandas que são atendidas no cotidiano profissional. De acordo com Monteiro(2011):

Podemos elencar, dentre os instrumentais utilizados pelos assistentes sociais o trabalho no CRAS, o atendimento individual, acolhida, escuta, visita domiciliar, abordagem de rua, trabalho sócio-educativo, grupo, planejamento familiar, atendimento familiar emergencial, liberação de documentos, orientação, reunião, grupo, palestras (Monteiro, 2011, p. 5).

Isto aponta para a dimensão técnico- operativa da profissão de Serviço Social, que se realiza a partir do Projeto Ético Político da Profissão, visando romper com práticas imediatistas, conservadoras e pragmáticas. Desta forma, se utiliza destes instrumentos, com uma postura voltada para prática profissional mais propositiva, crítica da realidade, que é vivenciada e apresentada no dia a dia do Serviço Social dentro do CRAS. Para Monteiro (2011):

É preciso investir na superação de práticas assistencialistas e paternalistas, no sentido de propor práticas de fato propositivas, críticas, ancoradas na análise da totalidade da realidade, que atue não só numa perspectiva operativa pragmática, mas recupere o potencial político do trabalho (MONTEIRO, 2011, p. 8).

Nesta perspectiva a postura profissional das Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba ao realizarem suas entrevistas, visitas e atendimentos devem sempre estar de acordo com a ética profissional, pois é imprescindível para a viabilização da conduta profissional, sendo instituída no Código de Ética Profissional.

Assim, o capítulo I do Código de Ética Comentado diz que o profissional deve “fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional”. (CEP, p. 176). Além disso, ao prestar atendimento às mulheres que estavam inseridas no acompanhamento familiar no CRAS/ Chatuba a Assistente Social trazia as informações importantes que precisavam ser seguidas durante os seis meses do acompanhamento familiar no CRAS/ Chatuba, que é a sua participação nos grupos de cidadania e de fortalecimento de vínculos no CRAS/Chatuba.

Neste sentido, a intervenção profissional foi realizada de acordo com o Código de Ética profissional em seu Art. 5º, alínea c que declara como dever do Assistente Social nas suas relações com o usuário: “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”. (CEP, 2012, p 174). Diante disso, observamos que a intervenção da prática profissional deve ser direcionada pelo referencial ético-político da profissão que, parte de uma postura profissional crítica, sempre que se guia pela dimensão ética e política da profissão de Serviço Social.

Para a realização dos projetos que são executados no CRAS/ Chatuba, bem como o enfrentamento das demandas e situação social de seus usuários é pertinente que as profissionais de Serviço Social estejam atentas para as competências e atribuições específicas, que estão inseridas no âmbito da política de Assistência Social. Para isso, é necessário o

direcionamento específico da dimensão interventiva que permite as profissionais uma postura crítica no momento de analisar a realidade.

Desta forma, a atuação profissional tem que seguir os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011). Neste aspecto, destacaremos as competências e atribuições específicas que as assistentes sociais do CRAS/ Chatuba desenvolvem ao realizarem seus atendimentos particularizados, visando alcançar os objetivos da sua atuação profissional. Quando nos referimos a:

Uma dimensão que engloba abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais (CFESS, 2011, p. 19).

Nesta dimensão as Assistentes Sociais da referida Instituição realiza os atendimentos individuais e familiares prestando orientações a inclusão de programas e benefícios sociais, sendo eles: Os Benefícios de Transferência de Renda tem o BPC que é Benefício de Prestação Continuada que tem o objetivo atender aos idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho, mediante comprovação de renda per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ de um salário mínimo. De modo a conceder um salário mínimo mensal contribuindo assim para melhoria da sua qualidade de vida.

Já o Programa Bolsa Família que tem o objetivo de combater à pobreza, traz as atribuições das Assistentes sociais na realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco, o acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades, a realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS, o registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva e a realização de encaminhamentos para serviços setoriais.

O Renda Mínima tem o objetivo enfrentar a pobreza, oferecendo a garantia dos mínimos sociais, dando condições de atender as demandas que são colocadas pelas famílias em decorrência de desemprego, por meio da concessão de um salário mínimo durante seis meses. Da mesma maneira, é realizada a inclusão em programas de habitação, como o Morar Feliz que tem o objetivo de conceder uma casa popular para as famílias que residem em áreas de risco, ou seja, em beiras de estrada, como também aquelas que estão sujeitas a alagamentos.

Apresentando as atribuições das Assistentes sociais na realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS e na realização de encaminhamentos para serviços setoriais. Com o Programa Minha Casa Minha Vida com a (Parceria com o Governo Federal) apresenta o objetivo de com a construção de 2.000 casas em três bairros de Campos dos Goytacazes proporcionar aquelas famílias que tem a renda mensal de até R\$1.600,00 poderem comprar suas casas diante dos financiamentos oferecidos pela CAIXA Econômica Federal. Mas, são exigidos critérios Municipais para a aquisição destas casas, que são: famílias referenciadas; famílias que estejam inseridas no CADÚNICO e famílias que residam há pelo menos 03 anos no Município.

Na inclusão dos Benefícios Eventuais que apresenta o objetivo de garantir uma cesta básica, um kit bebê e também suplemento alimentar para aquelas famílias em vulnerabilidade social.

Já em relação a

uma dimensão de gerenciamento, planejamento, e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs; (CFESS, 2011, p. 20).

Os planejamentos são realizados de acordo com cada ação. No caso do planejamento nos Prontuários SUAS o objetivo é para a superação das vulnerabilidades daquela família que está em acompanhamento familiar pelo descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. O fortalecimento de vínculo é realizado de acordo com cada família que está no acompanhamento familiar. No que se referem à interdisciplinaridade as Assistentes Sociais e Psicólogas do CRAS/Chatuba trabalham em comum pelos objetivos.

A dimensão de “realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;” (CFESS, 2011, p. 22), se efetiva através de visitas domiciliares como um dos instrumentos utilizados para a análise da realidade e construção de pareceres sociais para a inclusão nos programas sociais, bem como para a construção de relatórios que fazem parte dos acompanhamentos familiares, como também são feitas visitas escolares com o objetivo de conhecer a realidade das crianças e adolescentes acompanhadas no âmbito do Programa Bolsa Família.

Para “realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;” (CFESS, 2011, p. 22), as Assistentes Sociais utilizam o Prontuário

SUAS, entrevistas, Formulários de atendimentos, visitas domiciliares e escolares que, são os instrumentos destinados para esta dimensão.

Por último, a dimensão de “organizar procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou grupais coletivos nos CRAS;” (CFESS, 2011, p. 22). Esta permite que os procedimentos de visitas e atendimentos individuais sejam realizados de acordo com a demanda apresentada no CRAS/Chatuba, estabelecendo dias da semana e horários para a realização dos mesmos.

Vale ressaltar que as demais contribuições e atribuições específicas são realizadas pelas Assistentes Sociais, porém, não relatamos aqui para não nos prolongarmos muito. Visto que, estas descritas acima são as mais utilizadas corriqueiramente no cotidiano do CRAS/Chatuba.

Por fim, a prática profissional é exercida de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão. Com isso, a ação profissional das Assistentes Sociais do CRAS/ Chatuba ao fazer seus planejamentos se remete à Competência que é instituída nesta Lei no inciso X desta que estabelece “planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social” (CFESS, 2011, p.45).

Neste contexto, o profissional de Serviço Social no CRAS/Chatuba busca sempre a viabilização da sua postura profissional ética, capaz de atuar dentro do que é constituído pelo Código de Ética da Profissão, na Lei de Regulamentação da Profissão e nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) frente à Política Nacional de Assistência PNAS/2004, estando de acordo com o SUAS.

Em síntese o Serviço Social no CRAS/Chatuba realiza todas as formas de atendimento, desde o individual, familiar, até em grupo. Com isso, as demandas evidenciadas pela Instituição e pelo Serviço Social são apresentadas em decorrência da procura dos usuários que necessitam dos respectivos atendimentos. Sendo para inserção nos programas e benefícios assistenciais, que são: o BPC, o Programa Bolsa Família, Renda Mínima, Cheque-cidadão, Programa Minha Casa Minha Vida, Morar Feliz, Kit bebê, cesta básica, suplemento alimentar e carteira do idoso, como também faz o acompanhamento das famílias que estão em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família, bem como se efetiva os acompanhamentos pelo PAIF dos referenciados da instituição. Para o registro das intervenções profissionais são utilizados o formulário de atendimento do CRAS e o Prontuário SUAS.

Em seguida, trataremos o estudo de campo que retrata a realidade das mulheres em acompanhamento familiar pelo PAIF no CRAS /CHATUBA.

3.2 O Estudo de Campo: a realidade das mulheres no CRAS/ Chatuba

Durante o estágio realizado no período de setembro de 2014 a março de 2016 no CRAS/Chatuba, percebemos que as mulheres em acompanhamento pelo PAIF que eram atendidas pela Assistente Social (Supervisora de estágio), sempre reclamavam que a renda que recebiam do Programa Bolsa Família não estava sendo suficiente para arcar com as despesas e a sobrevivência de suas famílias. Relatavam que estavam desempregadas ou fazendo faxinas para tentarem complementar a renda, já que os pais de seus filhos, dos quais a maioria delas alegava que estavam separadas, não ajudavam nem ao menos concediam a pensão alimentícia. Desde então, isto nos intrigou, uma vez que evidenciamos que poderia haver outra saída para a vida destas mulheres, que não fosse somente à dependência dos programas sociais de transferência de renda. Embora, salientamos que a renda desses programas auxilia nas condições socioeconômicas de suas famílias.

Por este motivo acima, realizamos o estudo de campo no CRAS/Chatuba em abril de 2015, realizando uma análise de dezenove Prontuários SUAS de mulheres inseridas no acompanhamento pelo PAIF da faixa etária de 25 a 40 anos, visando à compreensão da realidade e a situação social em que elas viviam.

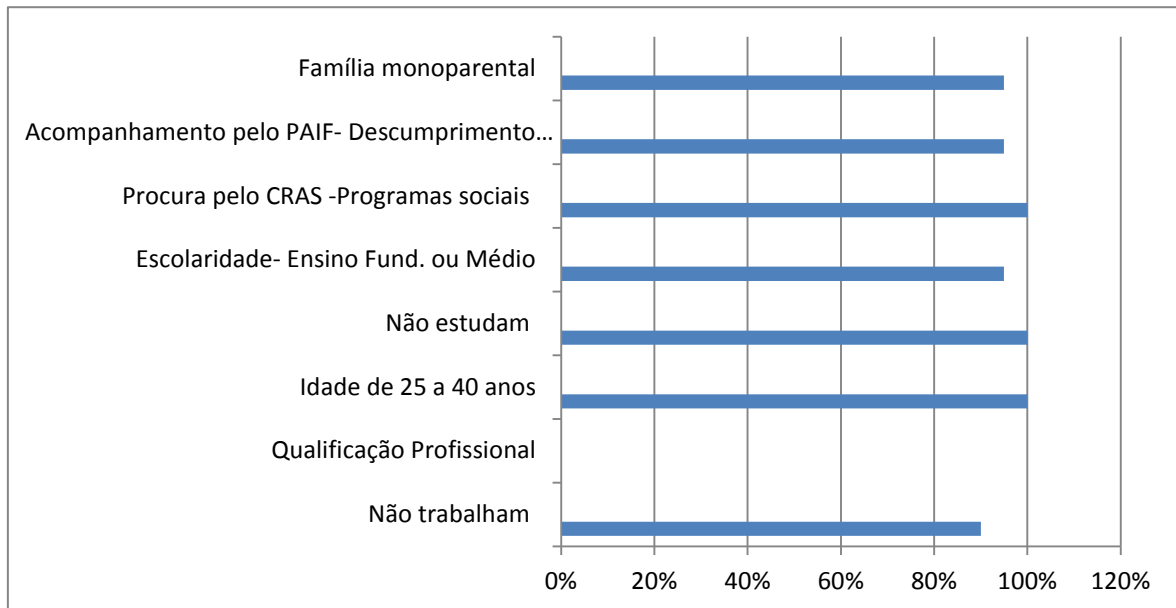
Logo, visando dar conta dos nossos questionamentos, elaboramos um formulário com algumas questões para nortear todo procedimento deste estudo, pretendendo esclarecer as observações feitas durante os três períodos de estágio nesta referida Instituição, sendo: a respeito das condições de trabalho, insuficiência de renda e pobreza na vida destas mulheres. Desta forma, para cada análise nos Prontuários SUAS foram estabelecidas as seguintes questões. (Em apêndice).

É pertinente salientar que, quando nos preocupamos com a realidade destas mulheres tínhamos a convicção que muitas delas sequer tiveram oportunidades de almejar por melhores condições em suas vidas. Ainda mais se tratando de suas inserções no mercado de trabalho mediante a garantia de direitos, pois, acreditamos que a culpa não eram delas de viverem naquela situação. Mas sim, consideramos que tudo é resultante do sistema capitalista de produção devido às novas formas de trabalho que caracterizam a precarização, flexibilização, fragmentação da classe trabalhadora e a expansão da heterogeneização sob a ampliação do setor de serviços.

O estudo evidenciou que 90% das mulheres estavam desempregadas, 10% encontravam-se inseridas no mercado de trabalho informal e a maior parte delas não tinha ocupação, 100% tinham a idade entre 25 a 40 anos, 95% não possuíam nenhuma qualificação profissional. No que se refere aos seus estudos, 100% não estudavam e 95% tinham o ensino

Fundamental incompleto e simplesmente 5% possuíam o Ensino Médio completo, 100% delas procuravam o CRAS buscando a inserção nos programas sociais de transferência de renda, especialmente no Programa Bolsa Família e quando tinham o benefício deste Programa, 90% estavam em acompanhamento familiar pelo descumprimento das suas respectivas condicionalidades, e 95% faziam parte de família monoparental de chefia feminina.

Gráfico 1- Perfil das mulheres em acompanhamento pelo PAIF no CRAS/Chatuba



Fonte: Produzido pela autora a partir do estudo de campo - 2015

Portanto, o resultado do estudo de campo demonstrou que as mulheres buscavam atendimentos no CRAS/Chatuba através do Serviço Social pelos seguintes motivos: por estarem em condição de extrema pobreza e não terem condições econômicas para o sustento familiar, por isso, se tentava a inserção nos programas sociais de transferência de renda; pelo alto índice de desemprego; pela insuficiência de renda; por terem o benefício do Programa Bolsa Família cancelado devido ao descumprimento das suas condicionalidades, pois seus filhos não estavam frequentando a escola. Identificamos que elas procuravam a Assistente Social no CRAS/ Chatuba explicando os problemas de vínculos afetivos que aconteciam em suas famílias, como também declaravam sobre a instabilidade profissional e financeira que estavam vivendo nas suas vidas.

Assim, este estudo de campo nos proporcionou a compreensão da realidade social das dezenove mulheres que estavam em acompanhamento pelo PAIF no CRAS/Chatuba, onde acreditávamos na possibilidade da melhoria das condições sociais e econômicas das mulheres e de suas famílias ser por intermédio da intervenção do Serviço Social no âmbito da Política de Assistência Social que, estabelece a qualificação profissional como propulsora da

inclusão produtiva de seus usuários, na tentativa de “emancipar” e proporcionar alternativa de sustentabilidade que não seja somente através de benefícios assistenciais.

Assim, efetuamos uma pesquisa que será expressa no próximo tópico, na intenção de descobrirmos se a política de Assistência Social responde a essa perspectiva de melhoria da condição de vida das mulheres em acompanhamento pelo PAIF no CRAS/Chatuba e do restante dos seus beneficiários.

3.3 Entrevistas com as Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba e do Programa de Inclusão Produtiva do município de Campos dos Goytacazes

A pesquisa foi construída por 3 entrevistas, sendo que, duas delas aconteceram no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Chatuba e a outra na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social no setor do Programa de Inclusão Produtiva, que pertence ao Departamento de Programas e Projetos, localizada na Rua: Tv. Santo Elias, 46 - Parque Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes.

Para sua elaboração contamos com a colaboração de duas Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba, sendo a 1 e a 2, que prontamente atenderam a solicitação para as entrevistas nesta Instituição, sendo realizadas no dia oito de junho de dois mil e dezessete às 15h. A entrevista realizada no setor do Programa de Inclusão Produtiva vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social contou com a participação da Assistente Social 3, que faz parte da equipe deste Programa. Elas foram selecionadas para as entrevistas por estarem atuando frente à política de Assistência social no município de Campos dos Goytacazes nas suas referidas instituições.

Para melhor compreensão dos fatos contamos com a apresentação de dados já existentes de cada instituição. Visto que, esta pesquisa aconteceu em razão de questionamentos sobre a qualificação profissional ser promovida pela política de Assistência Social.

Todas as entrevistas são semi-estruturadas, pois se estabeleceram a partir de dois roteiros pré-elaborados pela autora da pesquisa juntamente com a supervisão de seu professor, que é o orientador desta monografia. Visto que, por serem realizadas em instituições distintas as perguntas foram diferentes, seguirá em apêndice nesse trabalho acadêmico. Para sua realização utilizamos um gravador e posteriormente as repostas foram transcritas para a possível análise.

É necessário salientar, que as entrevistas se consolidaram para proporcionar os devidos resultados da pesquisa, pois havia indagações que precisavam ser esclarecidas pelas profissionais de Serviço Social.

A seguir apresentaremos os destaques dessas entrevistas, que deram corpo a nossa pesquisa, visando conceder através das suas análises, as respostas das questões sobre a melhoria da situação social das mulheres acompanhadas pelo PAIF.

Vale a pena ressaltar que, as respostas foram suficientes para a nossa compreensão. Primeiramente vamos explicitar nossa pesquisa através das entrevistas concedidas pelas Assistentes Sociais do CRAS/ Chatuba:

Quando perguntamos sobre a sua avaliação da política de Assistência Social responde a demanda da Inclusão produtiva e da Economia solidária, as Assistentes Sociais, responderam: não. A explicação para esta negação se justifica pelo fato de que os cursos que são disponibilizados pela política de Assistência Social, não são suficientes de acordo com a demanda da instituição do CRAS/ Chatuba, por isso, sendo a procura maior que a oferta, as vagas disponíveis se tornam deficitárias e ainda os cursos considerados simples e sem caráter profissionalizante.

- “Não. É insuficiente. As vagas são bastante limitadas, os cursos que nos são oferecidos são poucos. São cursos bem simplórios, não é um curso profissionalizante e por isso, que eu vejo essa ineficácia da política de Assistência Social no momento” (ASSISTENTE SOCIAL 1).

-“Não. É deficitário as vagas disponíveis, sendo a procura maior do que a oferta de cursos” (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Para analisar a ineficácia da política de Assistência Social, contamos com o que está declarado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), que revela como aquisição dos seus usuários “Segurança de desenvolvimento da autonomia: Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, de desenvolvimento da autonomia, autoestima e sustentabilidade” (BRASIL, 2009, p. 8). Percebemos que, não é isso que acontece atualmente segundo as respostas das Assistentes Sociais 1 e 2. Visto que, não se efetiva esta aquisição pela política de Assistência Social em nosso município, pois as pessoas que buscam a inserção nesses cursos na tentativa de se qualificar, não estão encontrando vagas.

Ao serem perguntadas como é o fluxo de encaminhamento do CRAS/Chatuba para o Programa de Inclusão Produtiva, as respostas foram semelhantes. Neste aspecto, entendemos que o fluxo acontece de acordo com a procura do usuário, que busca os cursos gratuitos para

se qualificar. Mas, atualmente só estão sendo encaminhados de maneira mais incisiva os usuários inseridos no Programa Renda Mínima. Por ser uma determinação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social- SMDHS, que designou que não é para encaminhar os demais usuários que vem a procura por estes cursos, mas, somente aqueles inseridos no referido programa.

Segundo as Assistentes Sociais do CRAS/ Chatuba:

-“O fluxo se dá na medida em que o usuário procura e coloca sua demanda, sua necessidade no sustento da sua família e o seu desejo em se qualificar, em querer fazer um curso de maneira gratuita. Mas, existe um Programa de transferência de renda chamado de Renda Mínima e a Secretaria (SMDHS) determinou que os cursos do Programa de inclusão Produtiva fossem voltados para esse público. Eu sou a técnica responsável do Programa Renda Mínima aqui no CRAS, estou conseguindo encaminhar para os cursos de Inclusão Produtiva que a Secretaria tem colocado. Agora, o restante dos outros usuários que vem em busca desses cursos, não consigo. Porque já me foi repassado que não é para eu encaminhar mais”(ASSISTENTE SOCIAL 1).

-“O público prioritário são aquelas pessoas inseridas no Programa Renda Mínima. Mas, tendo vaga encaminhamos as pessoas que solicitam inserção em cursos” (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Desta forma, compreendemos que os encaminhamentos são realizados pela Assistente Social para o setor do Programa de Inclusão Produtiva, porém, atende somente a demanda daqueles usuários integrantes do Programa Renda Mínima. Por isso, a intervenção profissional de ambas Assistentes Sociais se efetua mediante a seguinte aquisição da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009): “Segurança de desenvolvimento da autonomia: Ter acesso a informações e encaminhamentos as políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo.” (BRASIL, 2009, p. 8).

Neste sentido, o Programa de Inclusão Produtiva por ter em um dos seus objetivos a construção de cooperativas e de associações, na perspectiva de trazer possibilidades de renda e emprego para seus usuários, em nossa opinião deveria possibilitar para todos os usuários a inserção em seus cursos e não apenas para os que estão inseridos no Programa Renda Mínima. Isto revela um caráter excludente, fragmentado da política de Assistência Social, que ao invés de ter em suas ações a amplitude para melhorar a condição de vida de seus usuários faz ao contrário, pois restringe a inserção destes em seus programas.

Em relação se verificou melhoria na situação dos usuários que encaminhou no PAIF, responderam de maneira diferente. De acordo com os relatos das entrevistadas:

-“Na verdade o que ocorre é que as pessoas que encaminhei não iniciaram o curso. Eu encaminhei no início de março e até hoje ainda não começou os cursos, nenhum deles. Então, eu não posso te afirmar melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Porque não tive retorno. Mas, estamos aguardando o retorno dessas usuárias que encaminhamos se após o início do curso, se é isso que elas esperavam, se está correspondendo com a expectativa delas e pra que isso tenha um resultado positivo na vida dessas famílias” (ASSISTENTE SOCIAL 1).

-“Em alguns casos sim”(ASSISTENTE SOCIAL 2).

Para tal análise, Costa e Souza (2010) declaram que a busca pela política da Assistência Social ocorreu em decorrência do desemprego, e o público que deve atender são aqueles indivíduos sociais que estão fora do mercado de trabalho, sendo aptos ou não para exercer um trabalho, aqueles que desenvolvem atividades precárias, estando em situação de informalidade e sem garantia das leis trabalhistas. Assim, essas autoras chamam a nossa atenção quando dizem:

[...] visualizamos que a contraditória relação Assistência e trabalho torna-se cada vez mais complexa, quando esta, ao assumir os trabalhadores excluídos do trabalho formal, busca (re) inseri-los, passando a incorporar ações que atuam sobre o mundo do trabalho, no que se refere à promoção de medidas contra o desemprego, pela via de ações de qualificação profissional (COSTA; SOUZA, 2010, p.11).

Dentre esses fatos, percebemos que o Estado se utiliza da Assistência Social para conceder o enfrentamento das problemáticas advindas do mundo do trabalho. Entretanto, no momento em que a qualificação profissional é tida como alternativa de inclusão produtiva de seus usuários, o que acontece é que as profissionais de Serviço Social cumprem seu papel de encaminhamento para o devido setor do Programa de Inclusão Produtiva, mas se deparam com a ausência de repostas, ou apenas alguns em casos vêem a melhoria na condição de vida dos usuários.

Desta forma, encontram dificuldades para atender o que revela a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) para efetivar o PAIF, no que se refere à articulação em rede: “Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva” (BRASIL, 2009, p. 9).

Entendemos que, por não ter o retorno dos usuários realmente não tem como afirmar que houve melhoria de vida dos usuários que foram encaminhados. Pensamos que pode haver uma articulação mais satisfatória entre os setores, para conseguirmos o resultado dos devidos encaminhamentos.

É fato, que existe uma falha ocorrendo, pois, não tem como acontecer uma melhoria na vida destes usuários, se sequer os cursos oferecidos ainda nem começaram. Isto demonstra

realmente que a qualificação profissional que se oferta por intermédio do Estado através da Assistência Social tem sido inadequada, incapaz de respaldar o que está em suas leis.

Para finalizar, perguntamos sobre os desafios do Serviço Social diante dos programas de qualificação profissional, as respostas concedidas explicam consideravelmente como esta profissão no que tange à política de Assistência Social tem sido desafiada em seu cotidiano profissional.

-“Desafios nós temos inúmeros. Porque infelizmente a Política de Assistência Social ainda deixa muito a desejar como, por exemplo, em relação às mulheres acompanhadas pelo PAIF, elas se sentem frustradas porque elas querem, mas não existe oferta para os cursos, somente para aquelas que estão inseridas no Programa Renda Mínima que conseguem se inserir nos cursos do Programa de Inclusão produtiva que são oferecidos pela Secretaria. Para o Serviço Social o desafio é da não oferta dos cursos. Não tem disponibilidade de inclusão para os cursos que a maioria dos usuários vem ao CRAS procurar” (ASSISTENTE SOCIAL 1).

-“A inserção no mercado de trabalho, a precariedade de condições para o usuário colocar em prática o que aprendeu, baixa escolaridade dos usuários e desmotivação por parte de alguns deles em buscar a autonomia financeira” (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Por tudo que foi explicitado, entende-se que a intervenção da política de Assistência Social via as ações qualificação profissional, no que se refere à melhoria da situação das mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/ Chatuba, em nosso entendimento não se efetiva satisfatoriamente.

Visto que, não abrange a todas as mulheres que gostariam de fazer os cursos no setor do Programa de Inclusão Produtiva, mas somente aquelas que estão inseridas no Programa Renda Mínima. Ora, as vagas segundo nossa pesquisa realizada através das entrevistas com as Assistentes Sociais 1 e 2 são insuficientes, pois comprovam que a demanda pelos cursos é maior que a oferta. Então, nos deparamos com um enorme equívoco em achar que a melhoria de vida destas mulheres poderia ser por via da inclusão nos cursos para uma qualificação profissional, como também concordamos plenamente com o que disse a Assistente Social 2 ao se referir da inserção desses usuários no mercado de trabalho ser um desafio para o Serviço Social, uma vez que, as condições precárias de praticar o que se aprendeu é um tormento muitas vezes para eles, outra questão é a baixa escolaridade que desmotiva estes a buscarem uma autonomia financeira, por isso, vemos que a dependência dos programas de transferência de renda ainda é a opção que as famílias que estão encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza, tem para o sustento de seus lares.

Agora vamos relatar a entrevista realizada no dia doze de junho de dois mil e dezessete com a Assistente Social 3, integrante da equipe do Programa de Inclusão Produtiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social – SMDHS do município de Campos dos Goytacazes.

Para começar nossa entrevista indagamos: - Em sua avaliação a política de Assistência Social responde a demanda da inclusão produtiva? A resposta foi sim.

-“Sim. A Inclusão produtiva atende os usuários que são referenciados nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os cadastrados no CADÚNICO e também aqueles encaminhados pelo Programa Renda Mínima. O Programa não exige critério mínimo de escolaridade para participação nos cursos facilitando a autonomia do usuário para geração de renda.”

“Cabe ressaltar que há um número significativo de encaminhamentos, porém o Programa não consegue atender a esta demanda”(ASSISTENTE SOCIAL 3).

Percebemos que, sua resposta é divergente com a realidade que as Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba declararam nas suas respostas. Em nossa opinião, discordamos com que a Assistente Social 3 declarou, pois, não é condizente com o que acontece na realidade. Não tem a inserção no Programa de Inclusão Produtiva de todos esses usuários que ela disse acima, mas, somente para aqueles encaminhados pelo Programa Renda Mínima.

Outro fato relevante, é que o Programa não exigindo um certo grau de escolaridade para a inclusão do usuário que foi encaminhado pelos CRAS, traga uma facilidade para sua autonomia para a geração de renda. Em nossa concepção, os usuários que se inserem neste Programa realmente possuem baixa escolaridade, como está no diagnóstico do estudo de campo relatado no tópico anterior, mas, ao invés da política de Assistência Social tentar de maneira satisfatória proporcionar a elevação da escolaridade através de uma qualificação profissional, não é isso que acontece, pois, esses cursos são instituídos para favorecer apenas uma alternativa de geração de emprego e renda, dos quais esta Política Pública se tornou responsável por assumir os sujeitos sociais que se encontram excluídos do mercado de trabalho.

Outro questionamento: - Quais as ofertas que o Programa tem (cursos, assessoria e planejamento) e como elas são preenchidas? A entrevistada respondeu sobre os cursos oferecidos, como a equipe é formada e como é realizado o planejamento do Programa.

-“ O Programa da Inclusão Produtiva oferece os seguintes cursos:

- Padaria;
- Cabeleireiro;
- Manicure;
- Corte e costura;
- Artesanato;

- Serigrafia;

-“No ano de 2015 foram oferecidas algumas oficinas em parceria com a Economia Solidária na área do artesanato e culinária: patch appliqué, corte e costura voltada para artesanato, docinhos e bombons, arte em feltro, pintura em tecido, renda irlandesa e estética afro. A Inclusão Produtiva pertence ao Departamento de Programas e Projetos que está vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.”

-“O Programa é composto por uma equipe técnica composta pelo Diretor do Departamento, Coordenação, Pedagoga, Assistente Social, auxiliar administrativo e instrutores.”

-“O planejamento do Programa é realizado através de uma reunião semanal com toda equipe técnica, para uma discussão sobre os cursos e o monitoramento da presença de alunos nos cursos” (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Diante do exposto, identificamos que são ofertados seis cursos de origem simplória, mas, dentro do atual contexto dos usuários que são encaminhados pelos CRAS, que visam o atendimento de suas particularidades em relação ao aumento da renda familiar, pensando que poderão conseguir um emprego, não nos deparamos com essa realidade. Visto que, no atual cenário de crise, e no contexto das transformações do mundo do trabalho, entendemos que essa vertente que a política de Assistência Social revela em suas leis, de autonomia e sustentabilidade, não é apropriada com o que acontece de fato com os referenciados, pois, não retiram seus usuários da informalidade e precariedade das condições de trabalho, só os mantém neste cenário.

Conforme Costa e Souza (2010) o Estado Neoliberal tem uma intervenção mínima ao conceder respostas para a reprodução da força de trabalho, utilizando ações desta política pública, que tem um viés compensatório, seletivo, fragmentado e focalizado ao invés de garantir o direito ao trabalho para todos os trabalhadores brasileiros. Isto, não significa que se estivessem qualificados poderiam conseguir uma vaga de emprego, pois não depende deles. Visto que, no contexto de crise a redução dos postos de trabalho é algo proposital.

Desta forma, esses cursos possibilitam em nosso entendimento uma mínima melhoria na condição de vida dos usuários da Assistência Social, por não atender na totalidade a problemática que está intrinsecamente associada ao direito ao trabalho.

Em relação à equipe, compreendemos que sua composição é satisfatória, pois, integra profissionais de áreas de formação diferenciada, caracterizando uma equipe multiprofissional.

O Planejamento se faz necessário para que os objetivos e metas do Programa de Inclusão Produtiva possam ser alcançados. Pois, ao ser avaliado é possível que esse encontre falhas, das quais podem ser corrigidas.

Outra pergunta: - Quais os resultados que o Programa vem obtendo? Dados gerais de todos os CRAS do município e especificamente do CRAS/Chatuba dos anos de 2015 até 2017. Ela disse:

-“O Programa tem obtido bons resultados visto que há um número expressivo de ex-alunos que estão conseguindo seu próprio sustento após a conclusão dos cursos. No ano de 2015 e 2016 foram certificados 349 alunos em relação a todos os CRAS do município.”

-“ Em 2016 foram 8 encaminhados do CRAS/ Chatuba, que frequentaram os cursos da Inclusão Produtiva, só conseguimos o levantamento de dados desse ano”(ASSISTENTE SOCIAL 3).

Para a Assistente social 3 o Programa de Inclusão Produtiva vem atingindo resultados significativos, pois segundo ela, ex- alunos estão conquistando de forma própria seu sustento quando concluem os cursos. Os resultados de todos os CRAS do município do ano de 2015 a 2016 são representados pelo indicador de 349 alunos que conseguiram obter os seus certificados. Vale ressaltar que até o ano de 2016 existiam 12 CRAS em nosso município, sendo eles: CRAS- jardim Carioca, CRAS- Chatuba, CRAS- Condin, CRAS- Custodópolis, CRAS- Esplanada, CRAS- Goitacazes, CRAS- Matadouro, CRAS- Morro do Coco, CRAS- Parque Guarus, CRAS- Penha, CRAS- Travessão e CRAS- Ururaí. Já em relação aos resultados do CRAS/ Chatuba, a Assistente Social 3 apenas conseguiu levantar os indicadores do ano de 2016, que foi de 8 alunos que foram encaminhados e que se mantiveram frequentando os cursos.

Diante das declarações, não percebemos um número expressivo de bons resultados que o Programa vem obtendo durante sua implementação. A justificativa acontece pelo fato de que são 13 CRAS em todo o município, o indicador aponta para uma quantidade não relevante de usuários que concluem os cursos. Em nossa compreensão poderia haver um número mais significativo, pois a demanda pelos cursos oferecidos é muito maior que sua oferta. Em relação ao CRAS/ Chatuba o número condiz com o fluxo de encaminhamento, pois, de acordo com a Assistente Social 1 do CRAS/ Chatuba só são inseridos nesses cursos os usuários do Programa Renda Mínima, os demais referenciados que buscam pelos cursos não conseguem vagas.

Por fim perguntamos a Assistente Social 3: - Quais são os desafios do Serviço Social diante dos programas de qualificação profissional? Ela respondeu: -“Percebo que um dos desafios do Serviço Social é incentivar os alunos para que permaneçam no curso e que se conscientizem de que a transferência de renda é algo provisório” (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Percebe-se que realmente é um desafio o incentivo para a permanência dos usuários nos cursos, pois muito deles moram longe do local onde os cursos são realizados. Afirmamos isso, porque durante o período de estágio no CRAS/Chatuba, as mulheres que estavam em acompanhamento pelo PAIF queriam fazer os cursos, mas alegavam a distância da (SMDHS) onde o curso é ofertado, bem como declaravam que não tinham com quem deixar seus filhos ou não detinham dinheiro para pagar as quatro passagens de ônibus, pois, o bairro onde moram ficava a certa distância de suas casas. Mas, o principal desafio para o Serviço Social desta referida instituição atualmente é a ausência de ofertas de vagas para a inserção nos cursos, segundo a resposta da Assistente Social 1. Já a Assistente Social 3 diz que o desafio para o serviço Social é a conscientização em relação à transferência de renda ser provisória, porém, não compreendemos ser culpa dessas mulheres a dependência dos programas desta designação, pois não é vontade das mesmas que possuem este tipo de programa, de querer ser dependentes deles.

Logo, não percebemos uma melhoria na condição de vida das mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/ Chatuba, no que se refere à efetivação das ações de qualificação profissional. Visto que, a política de Assistência Social implementada em nosso município frente ao Programa de Inclusão Produtiva, se efetiva de maneira ineficiente para uma emancipação ou protagonismo profissional de seus usuários.

Assim, concordamos com Mota(2010), que o estado se utiliza da Assistência Social como sua principal estratégia de enfrentamento às expressões da Questão Social. Uma vez que, esta Política Pública de Seguridade social assume o papel de mecanismo integrador na ausência do direito ao trabalho por parte do Estado. Isto levanta um impasse em nosso entendimento, pois, redimensiona a garantia de renda e o consumo da classe trabalhadora por meio de programas de transferência de renda e por ações de qualificação profissional que, atende os segmentos específicos da sociedade brasileira.

Buscamos colaborar para a compreensão da realidade das mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/Chatuba e dos demais usuários da política de Assistência social, que estão em condições precárias de trabalho. Percebemos que, a solução para as dificuldades trabalhistas e financeiras não vem obtendo resultados satisfatórios através da implementação das ações de qualificação profissional, que são oferecidas no município de Campos dos Goytacazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar que os problemas decorrentes das transformações do mundo do trabalho, no que se refere ao desemprego e a precariedade das condições trabalhistas, possam ter a solução por meio das ações de qualificação profissional, permeia o âmbito da política de Assistência Social no Brasil, que é utilizada pelo Estado neoliberal. Tudo isso ocorre devido à perspectiva de conceder respostas à crise do sistema capitalista de produção.

Em nosso entendimento, o Serviço Social, ao enfrentar as problemáticas do mundo do trabalho impostas pelo modelo de acumulação flexível, obtém diversos obstáculos na sua intervenção. Pois, a política de Assistência Social contribui para conceder o direito ao trabalho, pela via de ações de qualificação profissional, onde reitera o discurso da classe dominante, que buscou consolidar respostas para as desigualdades sociais através do Estado, mediante as expressões da Questão Social.

A prática profissional da Assistente Social do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS/Chatuba, ao se deparar com a realidade social das dezenove mulheres acompanhadas pelo PAIF, das quais se encontravam desempregadas, com um alto índice de baixa escolaridade, foi de prestar esclarecimentos e encaminhar para o Programa de Inclusão Produtiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) do município de Campos dos Goytacazes, na tentativa de inserção dos cursos de qualificação Profissional, visando a alternativa de geração de renda, na possibilidade de uma autonomia para suas vidas.

O discurso que permeia em torno da qualificação profissional, dita que se o indivíduo estiver qualificado tem maiores chances de empregabilidade. Mas, isso é uma utopia imposta pelo Estado, que responsabiliza e culpa o trabalhador quando não consegue se inserir no mercado de trabalho pela ausência da qualificação profissional.

Vimos que a redução dos postos de trabalho é uma resposta do sistema capitalista a grande crise do capital da década de 70, que originou a reestruturação produtiva a nível mundial. No Brasil, no final da década de 80 e início de 90, percebe-se a incidência das práticas neoliberais, que almejava resgatar a acumulação do capital, ao reduzir os gastos sociais, bem como as vagas de emprego. Desta forma, podemos afirmar que o desemprego não é pela ausência da qualificação profissional, mas sim, ele acontece devido aos ditames da dinâmica capitalista, que na contemporaneidade impôs as transformações e a precarização do trabalho, em virtude do aumento dos lucros pela exploração da classe trabalhadora.

Entretanto, desde os primórdios do modo de produção capitalista o desemprego é o principal alistador para o exército industrial de reserva.

No presente trabalho analisamos que essa problemática, no que se refere à garantia do trabalho acontece por intermédio da Assistência Social, onde esta Política Pública atende aos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira, mas, especificamente as mulheres, que são as mais atingidas pela pobreza e com a precariedade do trabalho. Por isso, é a figura central do recebimento dos programas de transferência de renda, especialmente do Programa Bolsa Família- PBF, onde o Estado delimita através das ações compensatórias, seletivas e fragmentadas, as repostas às necessidades sociais, que se originam das desigualdades sociais impostas pelas expressões da Questão Social, estabelecida no interior da contradição do capital x trabalho.

Neste cenário, foi possível compreendermos que não somente a reestruturação produtiva é a culpada pelos impasses do mundo do trabalho, mas também, as inovações tecnológicas que, inseridas no complexo modo de se produzir mercadorias, trouxeram exigências para um novo perfil do trabalhador, que atendesse as novas necessidades impostas pelo mercado de trabalho.

Desta forma, para o desenvolvimento de nossa proposta, a fim de compreendermos tal problemática, optou-se por considerar as avaliações das Assistentes Sociais frente à inclusão produtiva no município de Campos dos Goytacazes, no âmbito da política de Assistência Social. Partimos do pressuposto que a qualificação profissional poderia trazer uma melhoria da situação social das mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/Chatuba, assim a proposta analítica foi sendo elaborada.

Para tanto, buscou-se verificar se a política de Assistência Social responde a demanda da Inclusão Produtiva e da Economia Solidária, como é realizada a oferta de cursos, quais os resultados obtidos, qual é o fluxo de encaminhamento, se é possível verificar uma melhoria na situação social dos usuários encaminhados pelo PAIF, quais os desafios do Serviço Social diante dos programas de qualificação profissional.

Os resultados obtidos através da pesquisa nos aproximaram da efetivação do Programa de Inclusão Produtiva em nosso município, a partir da concepção das duas Assistentes Sociais do CRAS/Chatuba e da Assistente Social integrante da equipe do referido Programa, onde se verificou que a demanda pelas vagas nos cursos é superior a oferta, sendo assim, se torna insuficiente. Em relação aos cursos ofertados, são de origem simplória e de pouca variedade. A opinião no que diz respeito à melhoria da situação social foi variável, não demonstrando um resultado considerável para o Programa. O fluxo de encaminhamento se

realiza de acordo com as vagas disponíveis para os usuários inseridos especificamente no Programa Renda Mínima, ou seja, somente estes podem participar dos cursos oferecidos pelo Programa de Inclusão Produtiva. Por último, percebemos que existem inúmeros desafios para o Serviço social, pois incentivar, encaminhar e prestar informações sobre os cursos, na tentativa de trazer uma oportunidade para autonomia, geração de renda, se tornou extremamente complexo devido à lógica imposta pelo sistema capitalista de produção, em face da exploração exacerbada da classe trabalhadora em prol da acumulação do capital.

Por fim, não podemos afirmar que de fato acontece uma melhoria de vida e na situação social das mulheres acompanhadas pelo PAIF no CRAS/Chatuba, pois a qualificação profissional ofertada em nosso município através deste Programa de Inclusão Produtiva esbarra nos limites estruturais e Políticos a que está submetida à Assistência Social, no que se refere à efetivação das suas ações, que acontece de maneira compensatória, seletiva, fragmentada e focalizada. Assim, não conseguimos vislumbrar um protagonismo profissional para elas, pois se deparam com as dificuldades existentes na implementação desta Política Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. In:_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 6.ed., São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Código de Ética do/a Assistente Social comentado/ Maria Lúcia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, (Organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, n.70, 2013, p 40-41. Disponível em:<<http://pt.slideshare.net/gilvander2000/constituio-federal-1988-atualizada>> Acesso em: 18 maio. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. LOAS Anotada. In:_____. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília, n. 2005, p.6-9, 26-32. Disponível em<[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistenciasocialsnas/cadernos/lanotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Soci](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistenciasocialsnas/cadernos/lanotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf)
[al%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistenciasocialsnas/cadernos/lanotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf)> Acesso em: 20. mai. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004; Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro; Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.** Maio, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil: entre o futuro e o passado, presente dilacerado. In: _____. **Brasil em Contra- Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2.ed.São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 3. p. 127-155.

_____. A flexibilização nas relações de trabalho. In:_____. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2.ed.São Paulo: Cortez, 2008. Cap.5.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; Gestão de Luta e Resistência (2011-2014). O trabalho do/a assistente social na Assistência Social. In:_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.** Brasília (DF), 2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. São deveres do/a assistente social e Competência do Assistente Social. In:_____. **Código de Ética do/a Assistente Social; Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão.** 9ed. Brasília-DF, 2011.

COSTA, F. M.; SOUZA, V. da S. Assistência Social, Trabalho e Qualificação Profissional: tendências e contradições. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL da UFRN, 1., 2020, Natal. **Anais**

eletrônicos... Natal: UFRN. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20%20recebidos%20em%20PDF/Assist%C3%A2ncia%20Social,%20Trabalho%20e%20Qualifica%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20tend%C3%A2ncias%20e%20contradi%C3%A7%C3%B5es.pdf> Acesso em: 23.mar.2017.

CRUZ, José Luis Vianna. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional do Norte Fluminense. **Vértices**. v.14; n. Especial 1. Campos dos Goytacazes: Instituto Federal Fluminense, 2012.

DUQUE-ARRAZOLA. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 8. p. 225- 251.

HARVEY, David. O Fordismo. In: _____. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. Cap. 8. p. 122-133.

_____. Do Fordismo à acumulação Flexível. In: _____. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. Cap. 9. p.140-144.

_____. Do Fordismo à acumulação Flexível. In: _____. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. Cap. 9. p.150-151.

IAMAMOTO, Marilda Veillela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. 2.ed. Brasília: ABEPSS. n.3, p.17, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama> Acesso em: 16 junho. 2017.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquila. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000100003/7327> Acesso em: 18 abr.2017.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O Habitar**: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro da Penha. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2015.

MONTEIRO, Simone rocha da Rocha pires. O Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social Social- CRAS. In: _____. **Para avançar na consolidação da Política na perspectiva do direito**. São Luís do Maranhão, 2011, p.3, 5, 8. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada_CD_original/Jornada_Eixo_2011/Impasses_e_Desafios_das_Politicadas_Seguridade_Social/O%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20NO%20CENTRO%20DE%20REFER%C3%84NCIA%20DE%20ASSIST%C3%84NCIA%20SOCIAL-%20CRAS.pdf Acesso em: 15 jun.2017

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____. **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Trabalho alienado, propriedade privada e comunismo. In: _____. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p.98.

_____. Mais- valia: Absoluta e Relativa. In: _____. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p. 373.

NETTO, J.P.; BRAZ, M.Trabalho, sociedade e valor. In: _____. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 34.

NOGUEIRA, Mazzei. O Trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed.São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2008. p. 52-72.

PATRIOTA, L. M.; PEREIRA, J. D.; SILVA, S. S.S.. POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: focalização e desmonte de direitos.**Revista Qualitas**, Campina Grande,v.5,n.3,p.1-14, 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/64>> Acesso em: 02. maio. 2017.

PFEIFER, Mariana. “Americanismo e Fordismo” de Gramsci: A adaptação do trabalhador as necessidades da indústria. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.0,n.1,p.17-24, jan./jun.,2008.Disponível em:<<http://revistas.ufpr.br/diver/article/view/34007>> Acesso em: 11 abr. 2017.

SENNETT, Richard. Flexível. In: _____. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.Cap. 3.p.54-73.

_____. Ilegível. In: _____. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.Cap. 4.p.84-88.

SITCOVSKY, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.117-139, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/9636>> Acesso em: 17 abr.2017.

_____. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

SMFAS. Secretaria Municipal de Família e Assistência Social. Diretorias de Programas e Projetos. In: _____. **Plano Municipal de Assistência Social Ano 2014/2017**. Campos dos Goytacazes, 2014. p. 248.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et. al. Política Social e o Assistencial: a reconstrução do significado. In: _____. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 1998.

YASBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Cadernos ABONG**, n. 19. São Paulo: FESS/ABONG /CNTSS /CUT / UNICEF, 1997, p. 5-10.

APÊNDICE I

FORMULÁRIO 1: PARA O ESTUDO DE CAMPO (ESTÁGIO VI) REALIZADO NA DATA 06/04/15:

1- Trabalha () () Não trabalha

Idade:

Profissão (ocupação):

Qualificação profissional:

a) Por que procurou o CRAS Chatuba? Qual demanda apresentou?

R:

b) Por qual motivo está inserida no acompanhamento familiar?

R:

Estuda () Não estuda ()

Grau de Escolaridade: Fundamental completo; Fundamental incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino Médio incompleto; Alfabetizado e Não alfabetizado.

R:

APÊNDICE II

FORMULÁRIO 2: PARA COMPOSIÇÃO DE PESQUISA DE MONOGRAFIA

Este formulário se constitui a partir de dois roteiros pré- elaborados com o objetivo de conseguirmos respostas aos nossos questionamentos sobre a qualificação profissional, promovida pela política de Assistência Social no Programa de Inclusão Produtiva do município de Campos dos Goytazes.

✓ **Roteiro de entrevista com as Assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Chatuba:**

1. Em sua avaliação a política de Assistência Social responde a demanda da Inclusão produtiva e da Economia solidária?
2. Como é o fluxo de encaminhamento do CRAS/Chatuba para o Programa de inclusão Produtiva?
3. Você verificou melhoria na situação dos usuários que encaminhou no PAIF?
4. Quais são os desafios do Serviço Social diante dos programas de qualificação profissional?

APÊNDICE III

- ✓ **Roteiro de entrevista com a Assistente social do Programa de Inclusão Produtiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social do município de Campos dos Goytacazes- SMDHS:**
1. Em sua avaliação a política de Assistência Social responde a demanda da Inclusão produtiva e da Economia solidária?
 2. Quais as ofertas que o Programa tem (cursos, assessoria e planejamento) e como elas são preenchidas?
 3. Quais os resultados que o Programa vem obtendo?Dados gerais de todos os CRAS do município e especificamente do CRAS/Chatuba dos anos de 2015 até 2017.
 4. Quais são os desafios do Serviço Social diante dos programas de qualificação profissional?